

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS

Maycon Felipe da Silva Amaral

**LIVRO DE JURAMENTOS DOS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES:
intervenções de conservação e restauração em um documento encadernado
de 1874**

Belo Horizonte

2024

Maycon Felipe da Silva Amaral

**LIVRO DE JURAMENTOS DOS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES:
intervenções de conservação e restauração em um documento encadernado
de 1874**

Monografia apresentada ao Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

Área: Documentos Gráficos e Fílmicos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camilla H. M. Camargos

Belo Horizonte

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS

Monografia intitulada “Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores: intervenções de conservação e restauração em um documento encadernado de 1874”, de autoria do graduando Maycon Felipe da Silva Amaral, aprovado pela banca examinadora.

Prof.^a Dr.^a Camilla Henriques Maia de Camargos (Orientadora) – UFMG

Prof.^a Dr.^a Bethania Reis Veloso (Banca) – UFMG

Ma. Patrícia Vaz de Mello Lavall (Banca)

Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.

Dedico este trabalho às minhas avós, Zinha e Amélia (in memoriam), e ao meu avô Joãozinho (in memoriam), pessoas essenciais na minha vida, que me ensinaram valores basilares.

AGRADECIMENTOS

- ♣ Aos deuses, deusas, amigos espirituais e ao universo, por terem me guiado até aqui.
- ♣ De maneira mais que especial, à minha “MãeDinha” Petrina (*in memoriam*), pelo amor incondicional e presença, mesmo na ausência. Por sempre acreditar em mim, quando nem eu mesmo acreditava. Pela persistência e esforço para que eu seguisse pelo caminho dos estudos e do conhecimento. Dinha, obrigado por ter me dado vida – ainda que biologicamente não me tenha gerado. Você me ensinou tudo que eu sei e, se sou o que sou, devo isso a você. Obrigado pelo exemplo de que, fazendo com dedicação e amor tudo aquilo que nos propomos, colheremos bons frutos. A saudade é gigante e dói muito, mas a certeza de que você está vibrando, de onde estiver, acalenta. Essa vitória é mais sua do que minha!!!
- ♣ À minha família pelo apoio.
- ♣ Aos amigos de vida, pela presença, força e por compreenderem os motivos pelos quais eu me ausentei em diversas ocasiões.
- ♣ À UFMG e aos meus professores, por compartilharem seus conhecimentos e experiências.
- ♣ Aos colegas de curso, pelas trocas constantes, por terem sido companhia no correr destes anos pelo *campus*, e por todos os momentos de descontração que tornaram tudo mais leve.
- ♣ Ao amigo e ex-companheiro de morada Enilton Figueiredo, por me acolher com tanto carinho no momento de minha chegada à BH. Amigo/Irmão, você é parte fundamental na minha trajetória. Obrigado por me mostrar que o verdadeiro LAR é onde nosso coração encontra afeto, respeito, e bem querer.
- ♣ Ao amigo e ex-companheiro de morada Acácio Raphael, por sempre me incentivar a estudar e ir atrás daquilo que eu acreditava.
- ♣ Ao amigo e atual companheiro de morada, Antônio César, pelo apoio e palavras de encorajamento nos momentos de maior fragilidade e desânimo.
- ♣ À amiga Karine Cássia, que chegou tão de mansinho na minha vida, durante a graduação, e se tornou um dos maiores presentes que a universidade me deu. Amiga, obrigado por ser esse exemplo de ser humano e por não ter soltado a minha mão quando tudo parecia impossível e o que eu só queria era desistir. Mesmo na distância, você é presença.

- ♣ À Professora Bethania Reis Veloso, por ter reconhecido o meu trabalho e me dado a honra de ter sido seu estagiário. Agradeço também pela presença nesta banca, pela leitura atenta e as considerações pertinentes.
- ♣ À colega de trabalho e amiga Patrícia Vaz, pelas trocas de conhecimento, diálogos tão necessários, palavras de incentivo e orações. Obrigado também pela presença na banca e pelas considerações necessárias.
- ♣ À coordenadora Sônia Santos, à ex-supervisora Hanna Fedra e à gerente Simone Mereles, do TJMG, por terem me dado a chance de estagiar nesta instituição que é, hoje, o meu local de trabalho. Agradeço pela oportunidade de crescer profissionalmente.
- ♣ Ao amigo e colega de trabalho Vitor Hugo, também do TJMG, pela receptividade no momento da minha chegada, pela confiança e boas trocas.
- ♣ Às estagiárias do Laboratório de Conservação-Restauração da COARPE, pelas trocas de conhecimento, boas risadas e ajuda neste trabalho, além da companhia no dia a dia. A presença de vocês alivia o peso da rotina.
- ♣ À colega Ana Cristina, pela parceria nos tempos de iniciação científica, pela leitura e devolutivas neste trabalho.
- ♣ À professora/orientadora Camilla H. M de Camargos, por ter aceitado essa louca empreitada, com um prazo tão apertado. Gratidão sempre, pela orientação dedicada, atenta, afetuosa e, acima de tudo, humanizada. Isso faz uma grande diferença no processo.
- ♣ Existem pessoas para as quais só dizer “muito obrigado” não é o suficiente para expressar toda a gratidão. Mas por não saber outra forma de fazê-la eu digo: MUITÍSSIMO OBRIGADO, meu amigo Grimberg Dailli, pela parceira incansável nestes 5 anos. Toda minha gratidão pela hospitalidade nestes quase dois meses de imersão na escrita deste trabalho. Obrigado por aceitar, de maneira tão generosa, alterar sua rotina para me receber em sua casa, neste momento em que eu precisava me dedicar. Grato pelas correções e ajuda com as formatações. Pelo ouvido atento, ombro amigo, palavras de encorajamento, cafés, comidas, enfim, obrigado por agarrar minha mão e caminhar ao meu lado. Sem você, teria sido bem mais difícil.

Enfim, essa jornada não teria sido possível sem a presença de cada um de vocês. Sintam-se abraçados.

O que me moveu até aqui, foi a certeza de não estar sozinho nesta vida!

“O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

Jacques Legoff

“Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do Passado antes que o Tempo passe tudo a raso”.

Cora Coralina

RESUMO

A apresentação, a análise dos materiais constitutivos e as intervenções de conservação e restauração realizadas no manuscrito intitulado “Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores” são os temas deste Trabalho de Conclusão de Curso. Primeiramente, são apresentados o contexto de criação da Corte de 2ª Instância em Minas Gerais e sua evolução por meio de uma síntese dos fatos históricos que marcaram o surgimento e a consolidação da instituição. Ademais, identifica-se o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) como uma entidade custodiadora dos documentos produzidos no âmbito da justiça mineira, por meio da Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE/TJMG. Em seguida, são abordados e analisados os aspectos materiais e informacionais do livro, através de exames visuais sob luz visível e ultravioleta, além de análises físico-químicas, especificamente espectroscopia de absorção no infravermelho (FTIR) e medidas de pH. Adicionalmente, avalia-se o estado de conservação do objeto, destacando as principais manifestações patológicas observadas. Por fim, são descritas e discutidas as ações de conservação e restauração executadas para tratar a estrutura do corpo (miolo) e a encadernação (pastas) do códice.

Palavras-chaves: Tribunal da Relação; TJMG; arquivo permanente; bibliografia material; conservação e restauração de livros e documentos.

ABSTRACT

The presentation, analysis of the materials, and the conservation and restoration interventions carried out on the manuscript entitled "Book of Oath of the Honorable Judges" are the themes of this monograph. Firstly, the context of the foundation of the Court of Appeal in Minas Gerais and its evolution are presented through a summary of the historical facts that marked the emergence and consolidation of the institution. Furthermore, the Court of Justice of Minas Gerais (TJMG) is identified as a custodian entity of documents produced within the scope of the Minas Gerais justice system, through the Permanent Archive Coordination - COARPE/TJMG. Next, the material and informational aspects of the book are addressed and analyzed through visual examinations under visible and ultraviolet light, as well as by physical-chemical analyses, specifically infrared absorption spectroscopy (FTIR) and pH measurements. Additionally, the conservation status of the object is assessed, highlighting the main pathological manifestations observed. Finally, conservation and restoration actions carried out to treat the structure of both the text body and the binding (covers) of the codex are described and discussed.

Keywords: Court of Appeal; TJMG; permanent archive; material bibliography; conservation and restoration of books and documents.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Fatos importantes do Judiciário Mineiro (1873 a 2024).....	19
Quadro 2 – Identidade Organizacional do TJMG.....	22
Figura 1 – Organograma simplificado da Secretaria do TJMG.....	26
Figura 2 – Fotografia, sob luz direta do Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores.....	32
Figura 3 – Fotografia em detalhe, sob luz direta, da letra inscrita diretamente sobre o revestimento da pasta superior.....	33
Figura 4 – Fotografia sob luz direta da etiqueta central.....	34
Figura 5 – Fotografia sob luz direta dos detalhes da etiqueta central.....	35
Figura 6 – Fotografia sob luz direta da etiqueta branca	36
Figura 7 – Fotografia sob luz direta do dorso.....	36
Figura 8 – Fotografia em detalhe, sob luz direta, das diferentes grafias do texto.....	37
Figura 9 – Fotografia sob luz direta da mancha gráfica margeada com grafite.....	38
Figura 10 – Fotografia sob luz direta do termo de abertura escrito com tinta azul...39	
Figura 11 – Fotografia sob luz direta de duas tonalidades da tinta da escrita.....	40
Figura 12 – Fotografia sob luz direta do papel com pautas azul-claras, pontusais e vergaduras.....	41
Figura 13 – Fotografia sob luz direta de inscrições feitas a grafite.....	41
Figura 14 – Fotografia sob luz direta da fita gomada no fundo de caderno.....	42
Quadro 3 – Ficha de análise bibliográfica.....	43
Figura 15 – Fotografia microscópica da trama do tecido do revestimento do canto..45	
Figura 16 – Etapas da encadernação de editor.....	46
Figura 17 – Mapeamento de cadernos.....	47
Figura 18 – Fotografias dos locais de análises nos recobrimentos.....	51
Figura 19 – Espectros de FTIR para os diferentes recobrimentos	51
Figura 20 – Fotografias dos locais de análise nos papéis.....	52
Figura 21 – Espectro do papel da folha 27 e guarda volante.....	52
Figura 22 – Fotografias dos locais de análise das tintas.....	53
Figura 23 – Espectro do papel da folha 27, das tintas pretas e da tinta azul.....	54
Figura 24 – Fotografia, sob luz direta, da capa do manuscrito encadernado.....	57

Figura 25 – Fotografia, sob luz direta, dos danos nos revestimentos na pasta superior	58
Figura 26 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da delaminação do cartão.....	59
Figura 27 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, do dano na etiqueta central.....	59
Figura 28 – Fotografia sob luz direta dos danos no elemento do dorso.....	60
Figura 29 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da charneira rompida.....	60
Figura 30 – Fotografia sob luz direta do rompimento dos fundos de caderno.....	61
Figura 31 – Fotografia sob luz direta da folha de guarda anterior com vinco.....	62
Figura 32 – Fotografia sob luz direta das manchas adesivas nas guardas fixas.....	63
Figura 33 – Fotografia, de detalhe, sob luz direta evidenciando a presença de <i>Foxing</i>	63
Figura 34 – Fotografia, em detalhe, sob luz direta da perda de suporte.....	64
Figura 35 – Fotografia em microscópio digital (zoom digital) da degradação do papel pela tinta.....	66
Quadro 4 – Etapas e atividades realizadas.....	69
Figura 36 – Fotografia sob luz direta da limpeza 1.....	70
Figura 37 – Fotografia sob luz direta da limpeza 2.....	71
Figura 38 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da delaminação do papel na área da fita gomada.....	72
Figura 39 – Croqui de “sanduíche” de entretela e mata-borrão.....	73
Figura 40 – Fotografia do enxerto realizado.....	74
Figura 41 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, do enxerto de cantos.....	76
Figura 42 – Fotografia sob luz direta de áreas de perda no revestimento.....	77
Figura 43 – Fotografia sob luz UV, evidenciando a área da reintegração cromática no revestimento	78
Figura 44 – Fotografia sob luz direta do falso dorso reconstituído.....	79
Figura 45 – Fotografia sob luz direta do gabarito da costura.....	80
Figura 46 – Fotografia sob luz direta do livro no bastidor e detalhe da costura.....	80
Figura 47 – Fotografia sob luz direta da reconstituição das charneiras.....	81
Figura 48 – Fotografias sob luz direta do teste de pH nas manchas de fita adesiva na guarda fixa anterior.....	82
Figura 49 – Caixa em cruz com abas.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASGID – Assessoria Técnica para a Gestão da Informação Documental

ATR – Refletância Total Atenuada (*Attenuated Total Reflectance*)

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COARPE – Coordenação de Arquivo Permanente

COARQ – Coordenação de Arquivo da Secretaria do Tribunal de Justiça

COBIB – Coordenação de Bibliotecas

COGEDE – Coordenadoria de Gestão de Documentos Eletrônicos

COJUR – Coordenação de Jurisprudência e Publicações Técnicas

CORAV – Coordenação de Orientação e Avaliação Documental

CORCEN – Coordenação de Arquivo Central

DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

EBA – Escola de Belas Artes da UFMG

EJEF – Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

F. – Folha

FTIR – Espectroscopia de Absorção no Infravermelho por Transformada de Fourier

GEARQ – Gerência de Arquivo e Gestão Documental da Justiça de 1ª Instância

GEDOC – Gerência de Arquivo e Gestão Documental da 2ª Instância de Documentos Eletrônicos e Permanentes

GEJUR – Gerência de Jurisprudência, Bibliotecas e Publicações Técnicas

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IRUG – Grupo de Usuários de Infravermelho e Raman (*Infrared & Raman Users Group*)

LACICOR – Laboratório de Ciência da Conservação da EBA/UFMG

MEJUD – Memória do Judiciário Mineiro

pH – Potencial Hidrogeniônico

PRONAME – Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Judiciário

S/d – Sem Data

S/p – Sem página

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UV – Ultravioleta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE OURO PRETO.....	17
1.1. Contexto de criação e evolução da Corte de 2ª Instância	18
1.2. O TJMG e a gestão de documentos	22
1.3. A COARPE/TJMG.....	26
2. O LIVRO DE JURAMENTOS.....	32
2.1. Descrição da obra: aspectos visuais e informacionais.....	33
2.2. Análise de bibliografia material.....	42
2.3. Análise técnico-científica da materialidade.....	47
2.3.1 Observação sob luz visível.....	48
2.3.2 Espectroscopia por Absorção no Infravermelho por Transformada de Fourier.....	50
3. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....	57
4. INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO 1	92
ANEXO 2	96
ANEXO 3.....	98

APRESENTAÇÃO

A Província de Minas, em 1873, contava com mais de dois milhões de habitantes, oitenta e três municípios e quarenta e sete comarcas. Porém, continuava sem a sua Corte de 2ª Instância¹, estando todas as suas comarcas sob a jurisdição do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Havia, portanto, um apelo, tanto por parte dos civis quanto dos magistrados para que se criasse o Tribunal da Relação na Província para, dentre outras funções, ter autonomia nas decisões judiciais recursais.

Em razão deste cenário que se apresentava, no dia 6 de agosto de 1873, com a publicação do Decreto Imperial nº 2.342, de D. Pedro II, foi criada a Relação de Minas, com sede na então capital da Província, a Cidade Imperial de Ouro Preto.

No dia 3 de fevereiro de 1874, realizava-se a sessão solene de instalação do Tribunal da Relação de Ouro Preto, em um solar na Rua Direita, no imóvel que pertencera ao Tenente-Coronel Freire de Andrada. Na cerimônia, deu-se a abertura do *Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores*. Estavam ali presentes, seis dos sete desembargadores que compunham a primeira Corte da 2ª Instância, e que, a partir de então, prestariam o juramento de seu cargo.

O projeto ora apresentado refere-se ao levantamento da bibliografia material do *Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal da Relação – Ouro Preto – 1874 a 1910*, bem como à apresentação, numa perspectiva de análise crítica, das intervenções de conservação e restauração nele realizadas.

A razão pela qual se vislumbrou a execução das intervenções de conservação e restauração necessárias para esse volume, está associada à importância que o livro tem para a compreensão da história do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e também ao compromisso pela manutenção da memória do Poder Judiciário mineiro.

No primeiro capítulo desta pesquisa, intitulado “O Tribunal da Relação de Ouro Preto”, será apresentado o contexto de criação da Corte de 2ª Instância e, ainda, será traçada uma linha cronológica da evolução e consolidação do Tribunal da Relação até se tornar o atual TJMG.

¹ Corte de 2ª Instância (Tribunal da Relação) são os Tribunais (presentes em cada Província) que revisam os casos julgados pelos magistrados da Primeira Instância (presentes nas Comarcas).

Além disso, o TJMG será apresentado como uma entidade custodiadora de documentos, convocando alguns conceitos da Arquivologia, tais como: “documento”, “entidade custodiadora”, “gestão documental”², apontando o contexto em que o Tribunal passa a gerir o seu acervo documental de maneira normatizada. Este capítulo contempla ainda, a Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – COARPE/TJMG, setor responsável pela guarda e preservação dos documentos históricos de guarda permanente.

No segundo capítulo, com o título de “O Livro de Juramentos”, faremos um levantamento da bibliografia material, isto é, abordaremos os aspectos materiais e informacionais que compõem o objeto por meio de análises visuais e fotográficas (imageamento macroscópico/microscópico), além das análises físico-químicas, especificamente a espectroscopia FTIR, medidas de pH, e seus respectivos resultados.

No terceiro capítulo, “Diagnóstico do estado de conservação”, apresentaremos as principais manifestações patológicas encontradas no livro, conceituando-as e entendendo os fatores que provavelmente causaram tais danos.

Por fim, no quarto capítulo, denominado “Intervenções de Conservação e Restauração”, discutiremos, numa perspectiva de análise crítica, as intervenções realizadas, justificando as escolhas e procedimentos levados a cabo. Também teceremos considerações sobre a embalagem confeccionada para o acondicionamento adequado do Livro de Juramentos.

² Estes conceitos serão definidos ao longo do Capítulo 1.

1. O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE OURO PRETO

Este capítulo abordará o contexto de criação da Corte Recursal na Província de Minas Gerais, em 1873, bem como as mudanças ocorridas na Relação até se tornar o atual TJMG. Também iremos identificar o TJMG enquanto uma entidade responsável pela gestão dos documentos produzidos no âmbito da justiça mineira por meio da sua Coordenação de Arquivo Permanente.

Não se pretende, aqui, apresentar um ensaio historiográfico e/ou esgotar o assunto, a ideia é contextualizar a instituição que tem a custódia do objeto de estudo deste trabalho.

1.1 Contexto de criação e evolução da Corte de 2ª Instância

Na História do Brasil Colônia, as capitanias hereditárias foram criadas com a intenção de que a Coroa Portuguesa organizasse a ocupação e a exploração do território ultramarino. Previamente delimitadas, essas regiões eram cedidas a donatários escolhidos pelo Imperador.

Em 1711, antes mesmo da criação da Capitania de Minas (1720), surgem as primeiras Comarcas mineiras: Vila de Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (atual Sabará), ainda sob a jurisdição da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (COSTA VAL *et al*, 2010, p.17).

A territorialização mineira deu-se em função da exploração aurífera, em fins do século XVII. Com isso, houve uma intensa migração populacional e o conseqüente adensamento da região. Estes primeiros povos organizavam-se em arraiais, cujos poderes eclesiástico, administrativo e judicial seguiam entrelaçados.

Seguindo o modelo da metrópole portuguesa, as Capitanias eram divididas em Comarcas. “Esse projeto metropolitano visava, portanto, organizar de maneira mais efetiva a aplicação da justiça e, por conseqüente, a cobrança de tributos” (COSTA VAL; FREITAS, 2011, p.61).

A aceleração das atividades comerciais, impulsionada pela descoberta do ouro e o crescimento da população, colocaram a Província de Minas na posição de uma das mais populosas do Brasil, com quase trezentos mil habitantes. Apesar

disso, a Província contava apenas com a Justiça de 1ª Instância, que era dividida em quatro comarcas: Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila Real de Sabará (atual Sabará), Rio das Mortes (atual São João Del Rey) e Serro Frio (atual Serro), que, por sua vez, respondiam juridicamente, em casos recursais, à Relação do Rio de Janeiro, o que causava uma enorme morosidade nos trâmites judiciais (COSTA VAL *et al*, 2010, p.17).

Neste interim, a Província Mineira, em 1872, já contava com uma população de mais de dois milhões de habitantes e 47 comarcas espalhadas por todo o seu território. Em razão disso, a demanda de recursos jurídicos era grande, e existia, por parte da sociedade e dos próprios magistrados, muita pressão para tornar os andamentos processuais mais ágeis.

Depois de muitos debates e diversas negativas, no dia 6 de agosto de 1873, por meio do Decreto Imperial nº 2.342, criou-se, para Minas e outras seis Províncias, as Cortes de 2ª Instância:

Crêa mais sete Relações no Imperio e dá outras providencias.
Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:
Art. 1º Ficam creadas mais sete Relações no Imperio.
§ 1º As Relações existentes e as novamente creadas terão por districtos os territorios seguintes:
1º Do Pará e Amazonas, com séde na cidade de Belém.
2º Do Maranhão e Piauhy, com séde na cidade de S. Luiz.
3º Do Ceará e Rio Grande do Norte, com séde na cidade da Fortaleza.
4º De Pernambuco, Parahyba e Alagôas, com séde na cidade do Recife.
5º Da Bahia e Sergipe, com séde na cidade do Salvador.
6º Do Municipio Neutro, Rio de Janeiro e Espirito Santo, com séde na Côrte.
7º De S. Paulo e Paraná, com séde na cidade de S. Paulo.
8º Do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, com séde na cidade de Porto Alegre.
9º De Minas, com séde na cidade de Ouro Preto.
10º De Mato Grosso, com séde na cidade de Cuiabá.
11º De Goyaz, com séde na cidade de Goyaz [...] (BRASIL, 1873, p.258).

Após a criação da Relação fazia-se necessário formalizar a instalação e o funcionamento da nova Corte Recursal, o que foi definido, em 5 de novembro de 1873, por meio do Decreto Imperial nº 5.456:

Contém providências diversas e medidas transitórias, para a installação das novas Relações.
Hei por bem, para execução do Decreto legislativo nº 2342 de 6 de agosto do anno corrente, decreta o seguinte:
Art. 1º As Relações de Porto Alegre, S. Paulo, Ouro Preto, Fortaleza e Belém começarão a funcionar no dia 3 de Fevereiro de 1874. As de Goyaz e Cuyabá no dia 1º de Maio do dito anno.

Art. 2º Os Desembargadores que forem removidos devem declarar se aceitam a remoção, dentro de 30 dias da noticia official della [...] (BRASIL, 1873, p.292).

A primeira sessão da Corte ocorreu no dia 03 de fevereiro de 1874, conforme definido pelo Decreto supracitado e foi registrada no livro de *Atas Manuscritas do Tribunal da Relação de Ouro Preto nº1 – 1874 a 1876*, na folha 3 e verso. Na ata, consta também a abertura do primeiro *Livro de Juramentos dos Desembargadores*, no qual os magistrados nomeados prestariam juramento e entrariam em exercício de seu cargo.

Além dos magistrados, “perante o presidente nomeado pelo Imperador, também prestaram juramento e entraram em exercício os demais serventuários, escrevães, amanuenses, contínuo porteiro e secretário” (VIANA, 2017, p.158). A referida Ata pode ser vista no Anexo 1 deste trabalho.

Desde a sua criação e instalação, o Tribunal passou por mudanças significativas, como extinção, recriação e mudanças de nomenclatura. No quadro abaixo, apresentamos uma breve cronologia de fatos importantes que movimentaram esta instituição.

Quadro 1 – Fatos importantes do Judiciário Mineiro (1873 a 2024)³

Continua

Data		Fatos históricos
1873	06/08	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Tribunal da Relação de Ouro Preto (Dec. Imperial n. 2.342)
1874	03/02	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação do Tribunal, na Rua Direita, em Ouro Preto • Registro no livro de <i>Atas Manuscritas do Tribunal da Relação de Ouro Preto nº 1</i> • Abertura do <i>Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores</i>

³ O compilado de informações a este respeito advém, principalmente, de MINAS GERAIS, 1997 e COSTA VAL *et al*, 2010, além de relatos de servidores do TJMG.

Quadro 1 – Fatos importantes do Judiciário Mineiro (1873 a 2024)

Continua

1889	15/11	<ul style="list-style-type: none"> • Proclamação da República • Extinção do Tribunal da Relação
1891	24/02	• Promulgação da Constituição Federal, a qual não dispunha sobre o Poder Judiciário nos estados
	15/06	• Promulgação da Constituição Política do Estado de Minas Gerais, responsável pela recriação do Tribunal da Relação
	16/12	• Reinstalação da Relação, composta por 9 Desembargadores
1897	05/08	• Transferência da sede do Tribunal para a nova capital, Cidade de Minas (atual Belo Horizonte), para o 2º andar da Secretaria do Interior (atual Museu das Minas e do Metal), na Praça da Liberdade
1898	24/03	• Transferência da sede do Tribunal para o imóvel onde hoje funciona o Instituto de Educação de Minas Gerais, permanecendo lá por 14 anos
1912	16/01	• Inauguração da nova sede do Tribunal, o Palácio da Justiça, na Av. Afonso Pena
1935	30/07	• Alteração da nomenclatura de Tribunal da Relação para Corte de Apelação, conforme previa a Constituição Estadual deste ano
1945	29/10	• Alteração da nomenclatura de Corte de Apelação para Tribunal de Apelação do Estado de Minas Gerais, conforme a Constituição Estadual deste ano
1947	14/07	• Alteração da nomenclatura de Tribunal de Apelação para Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme a Constituição Estadual deste ano
1958	S/d	• Transferência temporária da sede do TJMG, por motivo de reforma, para o 9º andar do Banco de Crédito Real, na R. Espírito Santo, onde permaneceu até o final de 1963
1964	16/01	• Reinauguração do Palácio da Justiça, que passa a ser chamado de Palácio da Justiça Rodrigues Campos

Quadro 1 – Fatos importantes do Judiciário Mineiro (1873 a 2024)

Conclusão

1977	10/08	<ul style="list-style-type: none"> • Tombamento estadual do Palácio da Justiça Rodrigues Campos (Dec. 18.641), inscrito no Livro de Tombo II — de Belas Artes — e no Livro de Tombo III — Histórico, das Obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos, do IEPHA
1988	09/11	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD)
1997	S/d	<ul style="list-style-type: none"> • Centenário da instalação do TJMG em Belo Horizonte • Publicação de livro comemorativo
2013	28/11	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Resolução n. 749 do TJMG que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
2016	S/d	<ul style="list-style-type: none"> • Recolhimento de acervo permanente de comarcas mineiras para um galpão no Bairro Itapoã, em Belo Horizonte
2018	07/06 S/d	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Portaria n. 111 do TJMG que regulamenta o funcionamento da sua unidade de Arquivo Permanente • Transferência do acervo permanente do galpão do Bairro Itapoã para outro galpão, no Bairro Cincão, em Contagem
2021	17/11	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Resolução do TJMG que dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF), à qual se vincula à COARPE
2022	05/02 28/06 28/07	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação da Portaria n. 154 do TJMG que regulamenta o funcionamento da COARPE e revoga a Portaria n. 111/2018 • Lançamento da plataforma Acervo Minas Justiça, destinada a fomentar a preservação, a descrição e o acesso aos documentos de guarda permanente do TJMG • Publicação do <i>Manual de Gestão Documental do TJMG</i>, que especifica princípios, diretrizes e normas de gestão documental estabelecidos na Resolução n. 749/2013
2023	09/01	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Comissão Especial para o Sesquicentenário do TJMG por meio da Portaria n. 5.960 da presidência da entidade, com a finalidade de promover estudos e sugerir ações comemorativas
2024	03/02	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência provisória da sede do TJMG, da capital para Ouro Preto, em função das comemorações do sesquicentenário • Solenidade de entrega do Livro <i>de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores</i>, restaurado, ao Presidente do Tribunal

Elaboração: Maycon Amaral, 2024.

1.2. O TJMG e a gestão de documentos

O Poder Judiciário tem suas atribuições previstas pela Constituição Federal, ele é o responsável, juntamente com os outros poderes – Executivo e Legislativo – por aplicar as leis diante de situações de conflitos.

O TJMG é o órgão superior da justiça mineira, com domínio em todo o território estadual. Sua função é prestar serviços jurisdicionais em casos que não sejam da competência da Justiça Federal comum, militar, do trabalho ou eleitoral. Configura-se, assim, como um órgão de Justiça de 2ª instância, ou seja, tem a competência de julgar os casos que foram sentenciados por juízes de 1ª instância, os quais couberam algum recurso.

No Quadro 2 é apresentada a Identidade Organizacional do TJMG.

QUADRO 2 – Identidade Organizacional do TJMG

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – TJMG	
Missão	Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.
Visão	Ser reconhecido junto à coletividade pela excelência de sua atuação.
Valores	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade • Imparcialidade • Isenção • Cooperação • Cordialidade • Valorização das pessoas • Modernização • Descentralização • Cultura da paz • Responsabilidade Socioambiental • Transparência • Ética

Fonte: TJMJ⁴

A atividade fim do TJMG, ou seja, aquela para a qual ele foi criado é a prestação de serviços de justiça. Em razão destes serviços jurisdicionais, ao longo de seus 150 anos de existência, foi produzida uma grande quantidade de documentos decorrentes das funções e atribuições específicas de sua competência, bem como de ações administrativas que servem de apoio às demais.

Na visão de Belloto (2006),

⁴ Disponível em: <<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/transparencia/planejamento-estrategico/missao-visao-e-valores-do-tjmg.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, [...] enfim, tudo o que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana (BELLOTTO, 2006, p.35).

No contexto do Tribunal de Justiça, os documentos salvaguardados são produzidos por motivos jurídicos e tratam, sobretudo, de provar ou testemunhar algum acontecimento, sendo estes de apresentação manuscrita ou impressa sobre suporte de papel. Essa documentação, embora diversa, pode ser dividida em dois grupos principais, documentos administrativos e processos judiciais, que são, por sua vez, subdivididos em processos cíveis e processos criminais. Os exemplos desses três tipos documentais podem ser vistos no Anexo 3 deste trabalho.

Não há, no âmbito do TJMG, uma sistematização referente a essa divisão por grupos de documentos, que são produzidos ou recebidos. No entanto, as práticas diárias dos auxiliares de arquivo, que são os responsáveis pela execução das atividades de gestão do acervo demonstram essa divisão.

É necessário enfatizar que o TJMG não é uma instituição arquivística, mas um órgão que desempenha atividades arquivísticas. Neste âmbito, ele tem a função de “reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que dele fazem parte” (BELLOTTO, 2022, p.133).

Além disso, ao cumprir este papel, ele responde aos objetivos de “servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia” (BELLOTTO, *loc. cit.*). A sociedade que recorre aos serviços arquivísticos prestados por este tribunal se utiliza de seu acervo documental para melhor compreender a sua identidade cultural, a evolução de sua história, além de entender o desenvolvimento das relações entre os seus indivíduos e/ou grupos.

Ademais, outras funções podem ser agregadas às instituições que decidem pela prestação de serviços arquivísticos que tenham relação com a aproximação cultural e o patrimônio histórico, por exemplo, palestras, exposições, visitas, salas representativas. A esse respeito, Bellotto (2022) nos diz que

trata-se do uso popular do arquivo, especificamente do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere. Não mais só as buscas que um cidadão pode fazer nos arquivos em torno de seus direitos e de seus deveres, mas também o papel de mediação cultural que o arquivo pode exercer em seu benefício (BELLOTTO, *loc. cit.*).

Em razão do seu numeroso acervo documental institucional, o TJMG assume, também, o caráter de entidade custodiadora de documentos. Sendo, portanto, um órgão do judiciário mineiro que tem como uma das frentes de trabalho, hoje, a custódia dos documentos produzidos e que realiza a gestão documental, ele convoca para si a “corresponsabilidade na recuperação e divulgação científica, tecnológica, cultural e social” desse acervo, assim como o testemunho jurídico e histórico (BELLOTTO, p.30).

Ao incumbir-se da custódia de documentos, este órgão reconheceu a necessidade de gerenciar seu acervo e criar diretrizes com a finalidade de realizar a gestão documental que, de acordo com o Art. 1º, § 1º da Resolução nº 1 de 18 de outubro de 1995⁵, do Conselho Nacional de Arquivos, caracteriza-se como

o planejamento e o controle das atividades técnicas relacionadas à produção, classificação, tramitação, uso, arquivamento, avaliação e seleção dos documentos de arquivo, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 1995).

No âmbito da Justiça, a gestão documental tem início com a criação do comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME, instituído por meio da Portaria Nº 616/2009⁶, criada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Dentre as competências desta comissão está a elaboração e o encaminhamento, ao Conselho, dos instrumentos de gestão documental e as normas do Programa, além de acompanhar e verificar a implantação destas normas. Em 2011, no dia 17 de agosto, o CNJ publica, em seu Diário Oficial Eletrônico, Edição Nº 152/2011⁷, a Recomendação Nº 37 que “Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME e de seus instrumentos”.

Com base nesta recomendação do CNJ, no quantitativo de documentos e na necessidade de uma gestão normatizada, o TJMG cria o seu Programa de Gestão

⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-1-de-18-de-outubro-de-1995>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

⁶ Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_616_10092009_18102012212627.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2024.

⁷ Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/dje/djeletronico?visaoid=tjdf.djeletronico.comum.internet.apresentacao.VisaoDiarioEletronicoInternetPorData>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

Documental e publica a Resolução Nº 749/2013⁸, que dispõe sobre o programa, em seu Art. 3º, definindo que “o programa de gestão documental tem por finalidade assegurar a proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso de toda a documentação institucional”, e ainda, no seu Art. 4º, define que as diretrizes desta gestão “são de competência da Superintendência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF”, subsidiada pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental – DIRGED.

A partir deste cenário, houve um aumento exponencial no acervo do TJMG sendo necessária a criação de novas gerências, dentro da estrutura organizacional da DIRGED, para auxiliarem na aplicação dos programas de gestão documental.

Neste contexto, foi criada pela Resolução Nº 979/2021⁹, a Gerência de Arquivo e Gestão Documental da 2ª Instância de Documentos Eletrônicos e Permanentes – GEDOC, cujas atribuições específicas estão descritas no Art. 68 desta.

Grande parte desta documentação gerida pelo TJMG era proveniente das diversas comarcas espalhadas pelo território estadual, e chegavam de maneira não organizada. Após uma avaliação rápida, os documentos de caráter permanentes, ou seja, aqueles que não poderiam mais ser eliminados, precisavam ser separados.

Eram considerados de caráter permanente aqueles produzidos até o ano de 1946. Esta data foi escolhida, pois foi o ano em que o Tribunal recebeu a nomenclatura atual, *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*.

O gerenciamento da documentação de guarda permanente fica sob a responsabilidade da Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE, sobre a qual discorreremos mais detalhadamente na próxima seção.

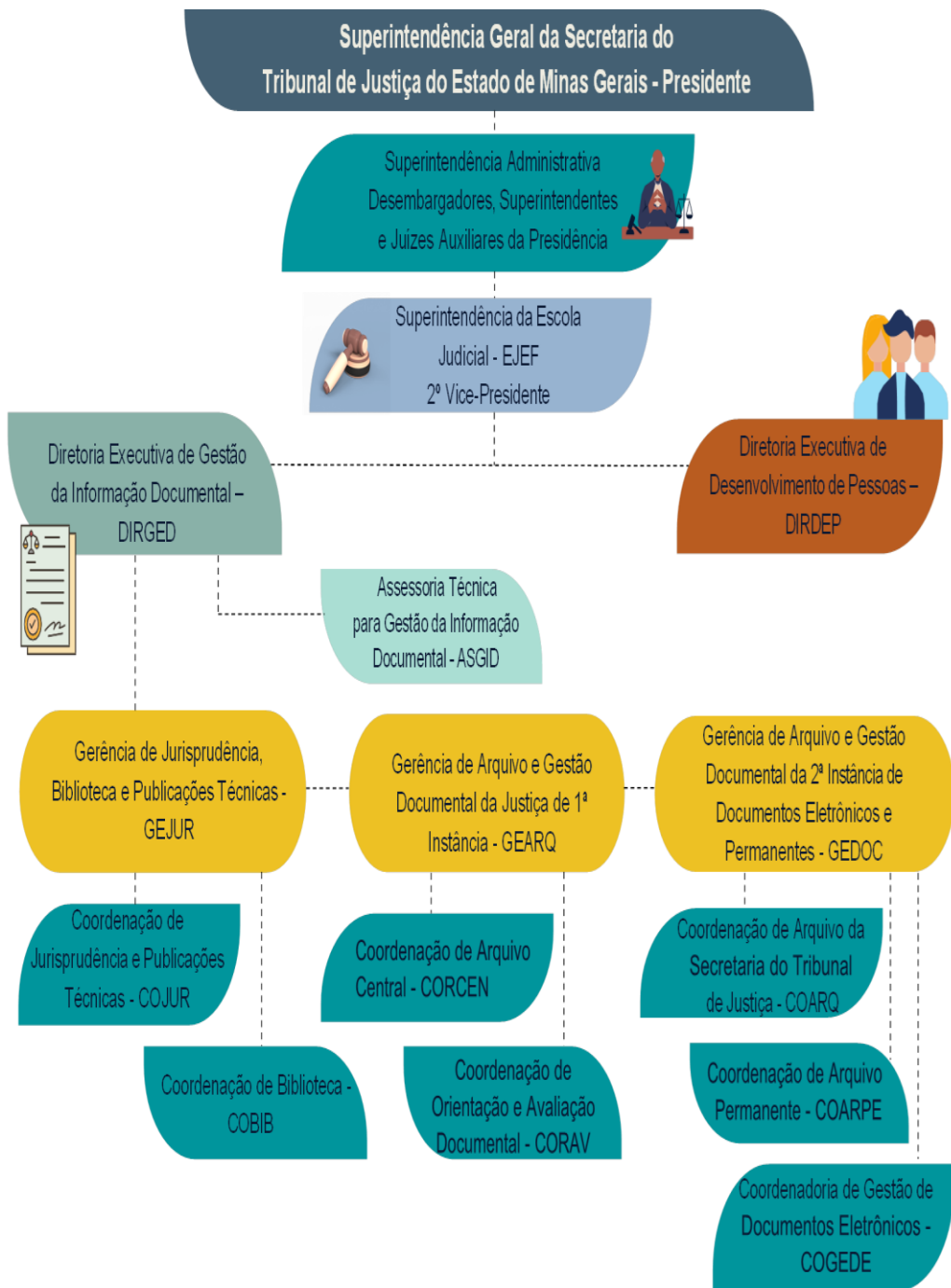
⁸ Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re_07492013.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁹ Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re_09792021.PDF>. Acesso em: 29 fev. 2024.

1.3. A COARPE/TJMG

Para facilitar o entendimento da estrutura organizacional do Tribunal e localizar a GEDOC e a COARPE dentro dela, é apresentado, a seguir, um organograma simplificado da Secretaria do TJMG (Figura 1).

FIGURA 1 – Organograma simplificado da Secretaria do TJMG



Dentro da estrutura organizacional da GEDOC, existem três coordenações responsáveis pela gestão documental. A saber: Coordenação de Arquivos da Secretaria do Tribunal de Justiça – COARQ; Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE; Coordenadoria de Gestão de Documentos Digitais – COGEDE. Contudo, a abordagem desse trabalho se concentrará em torno da COARPE, já que, o objeto deste estudo estava sob sua custódia.

Para o campo da arquivologia, os documentos possuem um ciclo vital que é formado por três fases: a) corrente, que se refere ao momento de sua criação e tramitação; b) intermediária, que corresponde ao período em que aguardam avaliação para eliminação ou guarda; c) permanente, que diz respeito à fase de seu armazenamento em que não pode mais ser eliminado (BELLOTTO, 2006, p.23-24). O livro do qual trata este trabalho se encontra na terceira fase deste ciclo.

Um arquivo permanente ou histórico tem como principal função, o recolhimento, o tratamento e a guarda de todo patrimônio documental, que é composto por documentos que já cumpriram a função para a qual foram criados e não estão mais em tramitação, tendo sido avaliados como de guarda permanente, em razão de seu valor informativo, testemunhal e histórico (*Idem*, 2022, p.58).

A COARPE/TJMG surge para conduzir a gestão dos documentos de guarda permanente. Ela inicia suas atividades no final de 2016. Porém, somente em 2018, ocorre sua regulamentação por meio da Portaria Nº 111/2VP/2018¹⁰, que dispõe sobre o funcionamento da unidade de arquivo permanente, publicada no dia 11/06/2018, sendo esta, revogada no dia 03/05/2022, pela publicação da Portaria Nº 154/2VP/2022¹¹.

A referida portaria, em seu Art. 4º, que define as competências da Coordenação, no inciso IV, diz que “compete à COARPE garantir a conservação do acervo custodiado”. Esse embasamento legal aponta para a importância da presença do profissional conservador-restaurador no corpo técnico e operacional da instituição, pois é ele quem possui os conhecimentos necessários para propor e adotar medidas que garantam a preservação deste patrimônio documental, atuando na conservação e restauração do acervo.

¹⁰ Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pp01112018.PDF>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹¹ Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pp_01542022.PDF>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Para entender a atuação do profissional conservador-restaurador, é necessário fazer uma breve distinção entre dos termos conservação e restauração. Para isso, nos valeremos das definições colocadas por Viñas (2021), em *Teoria Contemporânea da Restauração*, que define conservação como

“a atividade que consiste em preparar um bem determinado para experimentar a menor quantidade possível de alterações, intervindo diretamente sobre ele, inclusive, alterando ou melhorando suas características não perceptíveis e/ou perceptíveis” (VINÃS, 2021, p.28)

Já a restauração é definida por ele como “a atividade que aspira a devolver a um estado anterior os aspectos perceptíveis de um determinado bem” (VIÑAS, *loc cit*).

Dito isto, nos deteremos em apresentar a seguir, de maneira sucinta, as atividades desenvolvidas pelo arquivo permanente do TJMG, inclusive no que tange as ações de conservação e restauração.

A COARPE/TJMG localiza-se, atualmente, em um galpão no município de Contagem/MG, que pertence à região metropolitana de Belo Horizonte (Ver anexo 2). A sua tarefa primeira é o recolhimento dos documentos, ou seja, a sua transferência das entidades produtoras, as comarcas, para o local de guarda permanente. O critério usado na definição do que será elegível como guarda permanente pode variar de acordo com cada instituição que, no âmbito da COARPE, é o corte cronológico. A Portaria Nº 154/VP/2022, em seu Art. 2º, inciso VII, afirma que são de guarda permanente “os documentos e processos administrativos e judiciais produzidos em data anterior ao ano de 1950”.

Em relação ao fluxo de atividades da COARPE, nos diz Andrade (2022),

após o recolhimento do acervo, inicia-se uma nova etapa de trabalho no próprio arquivo, visando ao acesso à informação e à preservação do acervo. Ao se construir um arquivo permanente, entende-se que serão necessários esforços para a manutenção dessa documentação, para que a informação nela contida permaneça preservada para as próximas gerações. (ANDRADE, 2022, s/p).

Na COARPE, encontramos, na maior parte das vezes, uma documentação produzida ao longo dos anos, a qual foi distribuída por vários setores. Essa movimentação compromete a organicidade desses documentos, além de acarretar

diversos danos aos processos que, em função disso, chegam ali com variáveis níveis de deterioração e degradação¹².

Após o recolhimento dos documentos para o arquivo permanente, eles passam por um processo de triagem, a fim de identificar os mais íntegros, os mais danificados, assim como os contaminados por produtos químicos ou microrganismos e/ou com infestação por pragas, especialmente insetos. O ideal seria que o acervo recolhido passasse por um período de “quarentena” ao chegar à instituição. Porém o arquivo ainda não dispõe de estrutura para tal ação.

Os documentos que apresentam maior grau de deterioração e/ou degradação são separados e encaminhados ao laboratório de Conservação e Restauração da COARPE, que fica localizado no bairro São Pedro, na cidade de Belo Horizonte/MG. O laboratório conta, hoje, com uma equipe formada por uma profissional conservadora-restauradora e três estagiárias do curso de graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Os demais documentos, que se apresentam mais íntegros, permanecem na COARPE e passam por processos de limpeza mecânica, no qual também são retirados grampos e cliques de metal, muito presentes na documentação.

Após este procedimento, os documentos recebem uma identificação composta por um número individual e cada processo é colocado dentro de um invólucro feito de papel branco alcalino 120g¹³. Os processos enumerados, por sua vez, são acondicionados dentro de caixas arquivos de polionda, fabricadas em polipropileno alveolar, que recebem outra numeração. Estas caixas arquivos são, posteriormente, inseridas, dentro de caixas container de papelão, com capacidade de 20 kg (Ver anexo 2), que ganham uma inscrição, que é denominada “endereço”, contendo o número da rua (corredor), o andar da estante, a gaveta (prateleira) e o número da caixa container, para que seja possível localizar os processos sempre que for necessária a sua retirada. Cada gaveta das estantes de metal comporta 36 “caixas container”, e cada “caixa container”, por sua vez, comporta 3 caixas arquivo de polionda (Ver anexo 2).

No que concerne ao acondicionamento atual do acervo da COARPE, Andrade (2022) afirma:

¹² Esses termos serão definidos na seção 2.3.1.

¹³ Offset Chambril – FIBRA LONGIT – 120 G

as caixas arquivo de polionda estão entre as melhores formas de acondicionamento disponíveis. Porém, o material das caixas contêineres é um papel ácido [...] possuem uma acidez intrínseca que, com o tempo, pode migrar para o acervo acelerando a sua deterioração. No caso da COARPE, existe um ponto positivo, pois as caixas arquivo de polionda servirão como barreira para essa reação, porém o mais recomendado é que seja utilizada a estrutura de estantes adaptadas para o acondicionamento utilizando apenas as caixas arquivo, sem necessidade de empilhamento. Em alguns casos, além da acidez, o empilhamento das caixas pode acarretar outros danos aos documentos, pois a caixa que está em cima pode estar mais pesada, causando deformações nas caixas inferiores e consequentemente também nos documentos armazenados nelas (ANDRADE, 2022, s/p).

Outra frente de trabalho desenvolvida pela COARPE diz respeito ao acesso do acervo pelo público. Ele é feito por meio de um formulário eletrônico preenchido pelo consulente, disponibilizado pela COARPE via e-mail¹⁴. Após a solicitação, o documento é digitalizado e colocado à disposição do solicitante.

De acordo com Andrade (2022), em seu trabalho intitulado *Arquivos permanentes: um estudo sobre as formas ideais de acondicionamento e uma proposta de adequação para o acervo histórico processual do arquivo permanente do TJMG*, “o foco principal para o acesso através de uma cópia digitalizada é reduzir a necessidade do manuseio excessivo da documentação, visando a sua preservação” (ANDRADE, 2022, s/p).

Em situações em que há solicitações para pesquisa presencial, ou seja, há a necessidade de manusear o documento, casos em que a pesquisa passa pela materialidade do objeto, o documento solicitado é avaliado, em relação ao seu estado conservação. Caso entenda-se que o transporte e a manipulação dele não oferecem riscos à sua integridade física, ele é encaminhado à sala de pesquisa da COARPE, que se localiza na cidade de Belo Horizonte/MG, no mesmo prédio onde fica o laboratório de conservação e restauração. Outra forma de acesso aos documentos permanentes custodiados pelo TJMG se dá pelo acesso à plataforma eletrônica “Acervo Minas Justiça”¹⁵, que reúne a descrição e o **representante digital**¹⁶ de parte dos documentos do acervo permanente da COARPE e da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD).

O acervo da COARPE possui, hoje, 35.158 caixas-arquivo, provenientes de 125 das 298 comarcas existentes em Minas Gerais. Deste total de caixas, 1.493 são

¹⁴ E-mail: coarpe@tjmg.jus.br

¹⁵ Conferir: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/>

¹⁶ Representante digital é a versão digitalizada do documento.

de documentos do grupo Administrativo, do qual o objeto de pesquisa deste trabalho faz parte.

Os processos judiciais (cíveis e criminais) e administrativos, sob guarda da coordenação de arquivos permanentes, são de grande relevância e possuem registros únicos que auxiliam na compreensão da história do estado de Minas Gerais. Neste sentido, ressaltamos que a COARPE/TJMG, vem se consolidando como um importante arquivo histórico que tem grande potencial de pesquisas em diversos campos do saber, como, direito, arquivologia, história e conservação e restauração. Portanto, este trabalho pode servir de incentivo para pesquisas futuras, nas quais se utilizem o patrimônio documental da COARPE como fonte primária de conhecimento.

No ano antecedente ao centésimo quinquagésimo aniversário do TJMG (2023), na busca por um documento que pudesse ser objeto do Trabalho de Conclusão de Curso, foi encontrado, junto a diversos documentos administrativos, o *Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal da Relação - Ouro Preto, 1874*.

Após discussão com a coordenação do setor, compreendemos os valores simbólicos e históricos contidos neste manuscrito, e, constatou-se, assim, que este era um documento relevante para a instituição e poderia inserir-se na ocasião das comemorações do seu sesquicentenário.

As intervenções de conservação e restauração foram realizadas pelo autor em conjunto com a equipe do Laboratório de Conservação e Restauração da COARPE. O livro restaurado foi apresentado à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em uma cerimônia solene, realizada na cidade de Ouro Preto/MG, no dia 03 de fevereiro de 2024.

2. O LIVRO DE JURAMENTOS

No dia 3 de fevereiro de 1874, realizou-se a sessão solene de instalação do Tribunal da Relação de Ouro Preto, na Província de Minas Gerais. Na ocasião, estavam presentes seis dos sete desembargadores que compunham a primeira Corte de 2ª Instância do referido Tribunal. Entre as atividades realizadas estava contemplada a abertura do *Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores do Tribunal da Relação* (Figura 2) no qual todos os Desembargadores que tomassem posse, a partir daquela data, prestariam o juramento, por escrito, de seu cargo.

No decorrer deste capítulo, será apresentado, de maneira detalhada, o objeto de estudo deste trabalho, por meio de análises visuais e técnico-científicas. Além disso, apontaremos o diagnóstico do estado de conservação do livro. Em seguida, discutiremos as intervenções de conservação e restauração realizadas previamente, que são pertinentes à salvaguarda da materialidade e das informações contidas no documento.

FIGURA 2 – Fotografia, sob luz direta, do Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores



Legenda: (esquerda) Pasta superior
(direita) Pasta inferior

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

2.1. Descrição da obra: aspectos visuais e informacionais

O livro apresentado contém registros datados de 03 de fevereiro de 1874 (primeiro juramento escrito) até 05 de setembro de 1910 (último juramento escrito).

Através de análises organolépticas preliminares, especialmente visuais, observam-se as características descritas a seguir.

Trata-se de um manuscrito encadernado, com as seguintes dimensões: 31,7 x 22,5 x 1,5 cm, composto por 54 fólios numerados (existem dois fólios contendo nº 16 -16 e 16A), e 6 guardas volantes. Os cadernos são em número de 7 (sete), 5 (cinco) deles compostos por 5 bifólios e 2 compostos por 1 bifólio mais as guardas volantes aderidas.

Enquanto obra bibliográfica, o objeto é constituído por uma encadernação com dois elementos de revestimento; um de couro, em todo o espelho, na cor vermelha e outro de tecido com tratamento superficial que imita couro, nos cantos superiores e inferiores, na cor marrom. Observam-se, na capa superior, letras de uma inscrição, que se acredita ser o título do livro, na cor preta, outrora escritas diretamente sobre o revestimento (Figura 3).

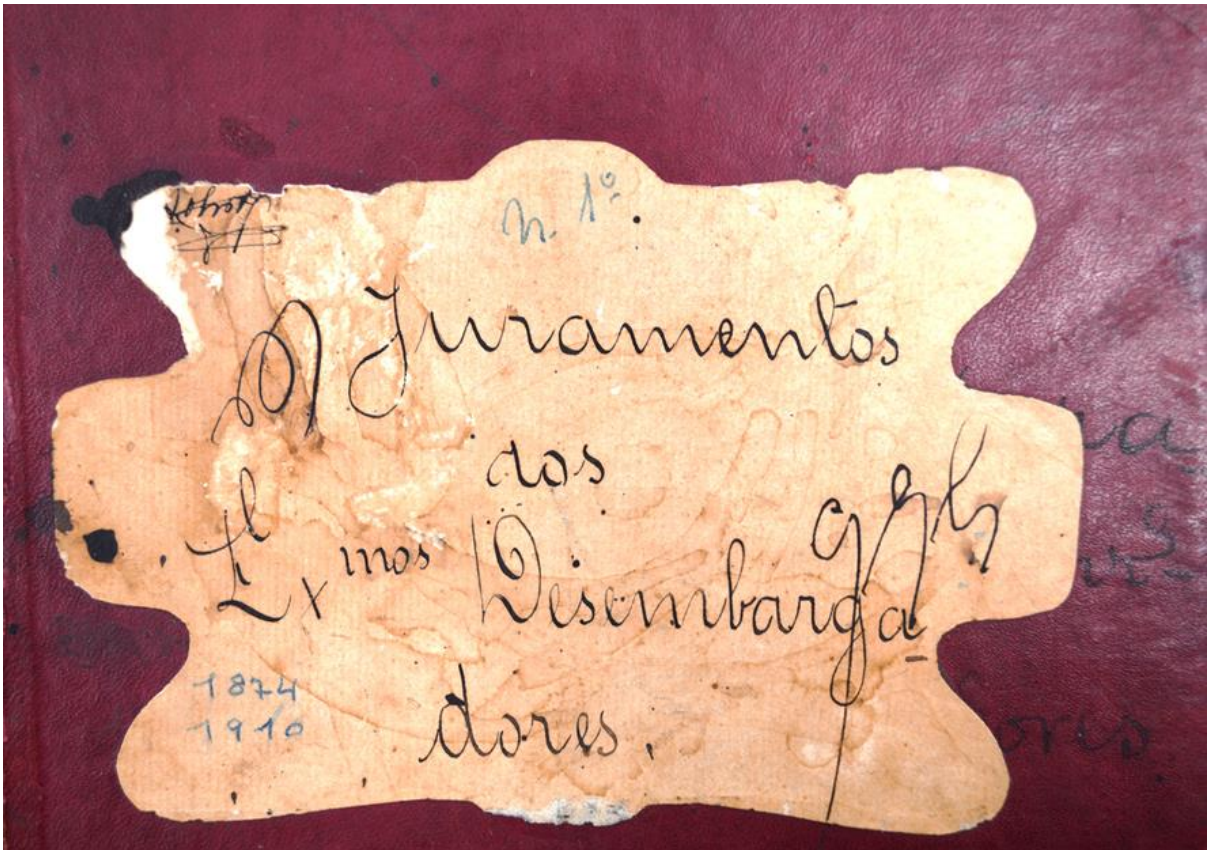
FIGURA 3 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da letra inscrita diretamente sobre o revestimento da pasta superior



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Na área central da capa (pasta superior) existe uma etiqueta em papel amarelecido (Figura 4), onde se lê: “Juramentos dos Ex^{mos} Desembargadores”. Tal inscrição foi realizada com tinta de cor preta.

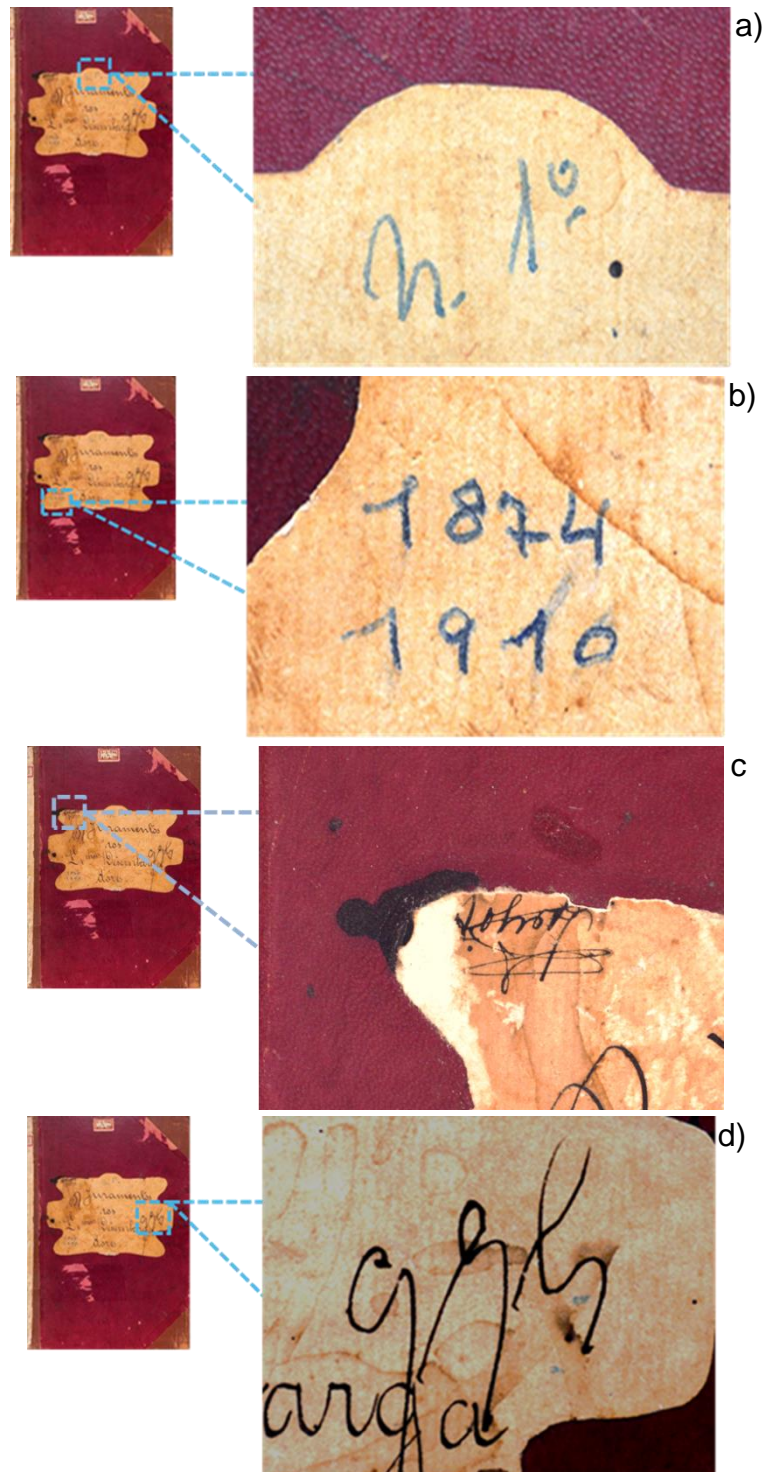
FIGURA 4 – Fotografia sob luz direta da etiqueta central



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Além do título, há, na etiqueta, duas inscrições com tinta azul, uma no centro acima onde se vê grafado “N.1º”, e outra, no canto inferior esquerdo, onde se vê as datas “1874 – 1910”. Também consta uma rubrica, no canto superior esquerdo e três letras de difícil identificação, na borda central direita, ambas grafadas com tinta preta, conforme vemos na figura 5.

FIGURA 5 – Fotografia sob luz direta dos detalhes na etiqueta central



Legenda: a) "Nº 1"
 b) Datas "1874 – 1910"
 c) rubrica
 d) letras de difícil identificação

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Na parte superior e central da pasta próximo ao corte, há ainda outra etiqueta pequena, em papel, de cor branca, com linhas vermelhas nas bordas, onde se vê escrito, de caneta preta, as seguintes datas: “3 – 2 – 874 a 21 – 2 – 910” (Figura 6). Esta última etiqueta é provavelmente mais recente do que a etiqueta que contém o título do volume.

FIGURA 6 – Fotografia sob luz direta da etiqueta branca



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

O dorso arredondado da encadernação, sem nervos, possui revestimento igual ao presente nos cantos das pastas. Aderido nele, há fragmentos de uma etiqueta amarelada, em toda a sua extensão, contendo partes de uma inscrição que, pelas letras ainda preservadas, infere-se que seja o mesmo título presente na etiqueta da capa anterior (Figura 7).

FIGURA 7 – Fotografia sob luz direta do dorso



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

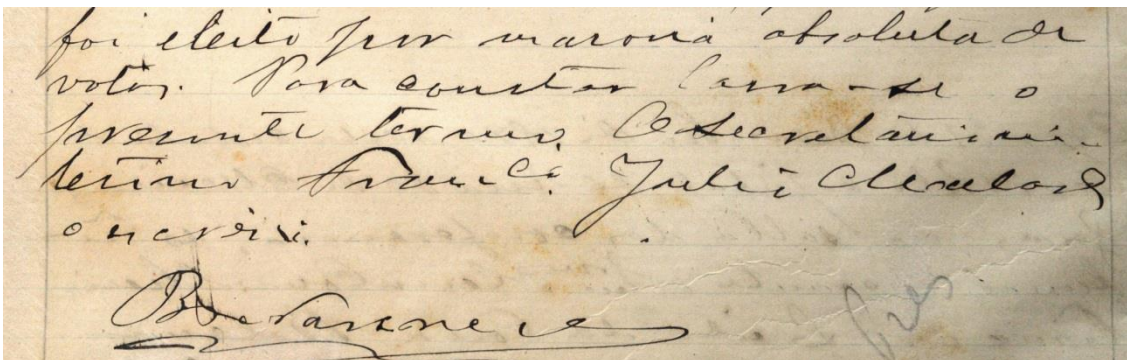
O texto do Livro de Juramentos está escrito em língua portuguesa. Em razão das diversas mãos que o escreveram, ao longo dos 36 anos em que foi utilizado como suporte para a inscrição dos juramentos, ele apresenta uma grafia diversificada (Figura 8).

FIGURA 8 – Fotografia, em detalhe, sob luz direta das diferentes grafias do texto



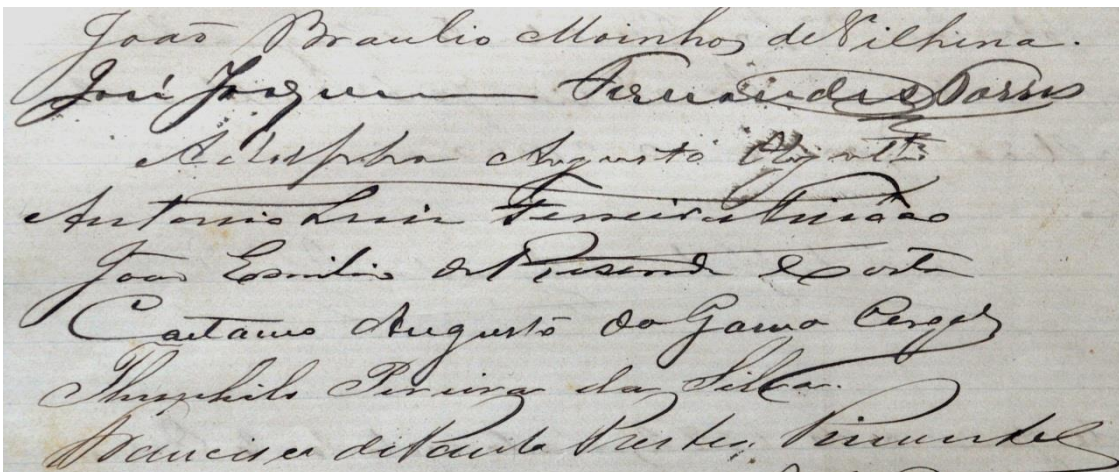
serviço de Secretário, laborioso, nomeado, leu-se
 a presente ~~transig~~ para assignado pelo
 Presidente e Desembargador ~~empresad~~
 Secretaria de Tribunal de ~~plac~~ do ~~17~~ de ~~18~~
 de ~~1882~~ João ~~Am~~ ~~de~~

(a)



foi eleito por maioria absoluta de
 votos. Para sustentar ~~em~~ ~~se~~ o
 presente termo, o Secretário
 termo ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 o ~~18~~ ~~de~~ ~~18~~
 João ~~Am~~ ~~de~~

b)



João Braulio Moinhos de Vilhina.
 José ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 Augusto ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 Antonio ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 João ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 Cantano Augusto do Gama ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 Augusto ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~
 Francisco ~~Am~~ ~~de~~ ~~17~~ ~~de~~ ~~18~~

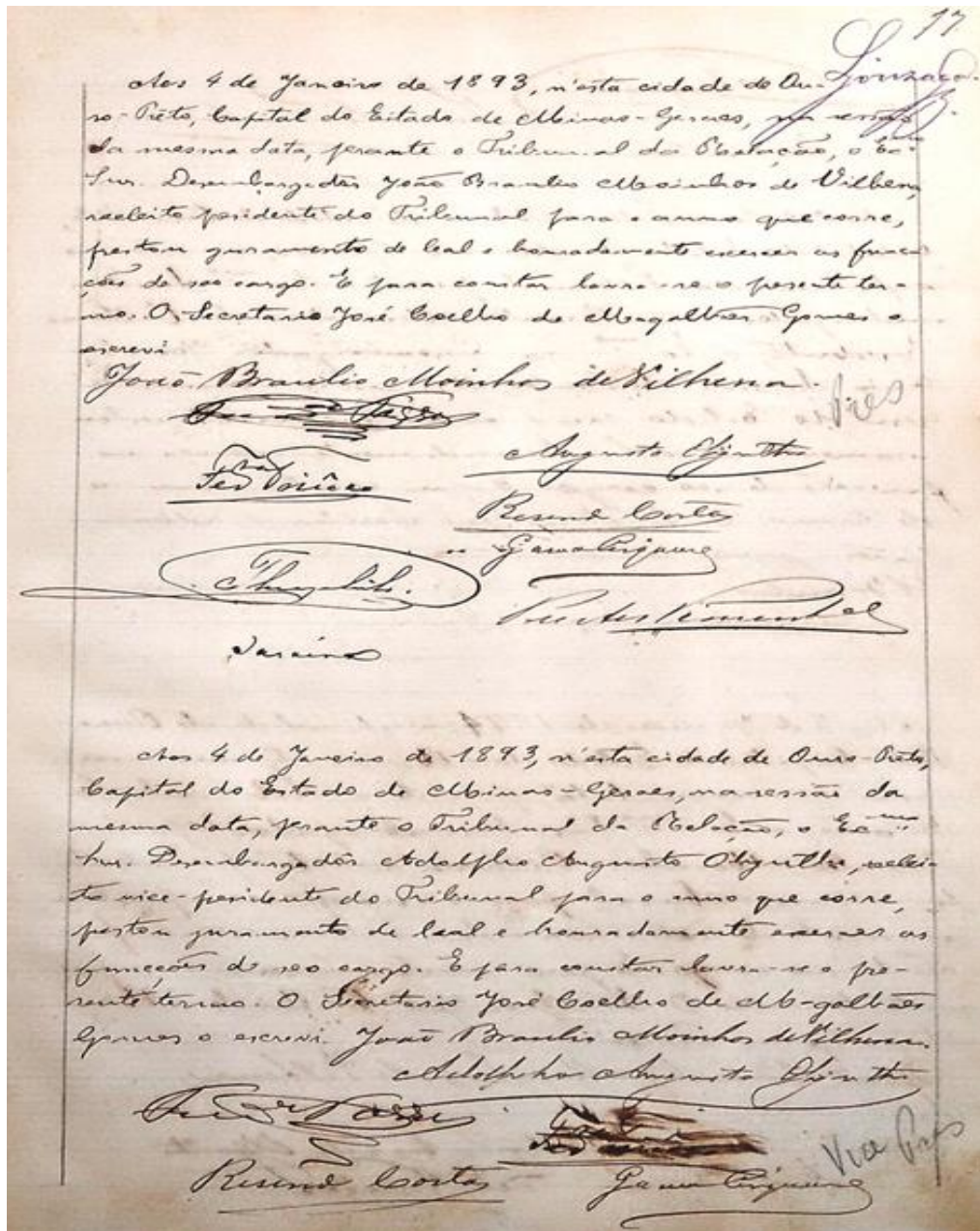
c)

Legenda: a) Fragmento do texto na Folha 6 – verso
 b) Fragmento do texto na Folha 14 – verso
 c) Assinaturas dos Desembargadores na Folha 16 – frente

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

A mancha gráfica é, na maior parte do texto, regular, delimitada por margens feitas com grafite. Um exemplo disso pode ser visto na folha 17 do livro (Figura 9).

FIGURA 9 – Fotografia sob luz direta da mancha gráfica margeada com grafite



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

O termo de abertura, bem como as rubricas presentes nos cantos superiores de cada fólio, a numeração das páginas e o termo de encerramento foram escritos com uma tinta de cor azul (Figura 10).

FIGURA 10 – Fotografia sob luz direta do termo de abertura escrito com tinta azul

Sirva este Livro p.^a lançam^{to} e escripturação
 dos termos de juramento, q.^o se fizeram os Sr.^{es}
 Desembargadores da Relação desta Provincia,
 servindo com.^o p.^a este fim, e procedendo-se n.^o
 na forma da lei, e do estillo. Sem mais
 o competente termo de encerram^{to}, dog. cons-
 ta no verso da folha corrigida, rubri-
 cada, e numerada. Dize-se pagar a taxa
 do sello, p.^o se insente na forma do respecti-
 vo regulam^{to}. Cidade do Ouro Preto 3 de
 Fevereiro de 1874.

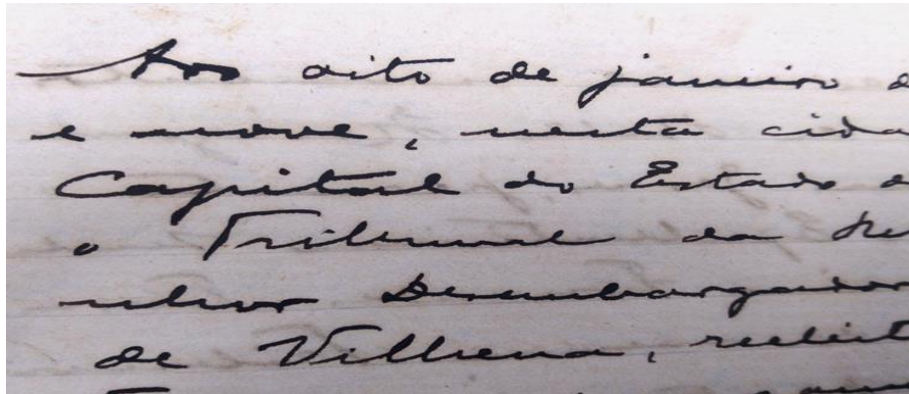
O Presidente da Relação,
 Luis Fournaga de Brito Guerra

Legenda: Folha 1

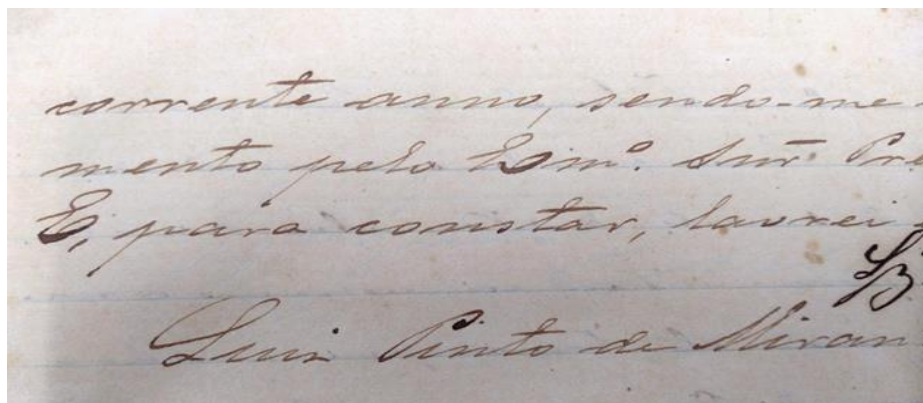
Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Os demais textos foram escritos com uma tinta de cor marrom, provavelmente, mataloácida/ferrogálica, que mostra variação de tonalidade entre castanho escuro e marrom claro, ao longo da escrita (Figura 11). Não podemos afirmar categoricamente a composição da tinta, mas a análise visual e processos de degradação podem ser indícios da probabilidade de ser uma tinta mataloácida/ferrogálica.

FIGURA 11 – Fotografia sob luz direta de duas tonalidades da tinta da escrita



(a)



(b)

Legenda: a) Fragmento do texto na Folha 43
b) Fragmento do texto na Folha 5

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

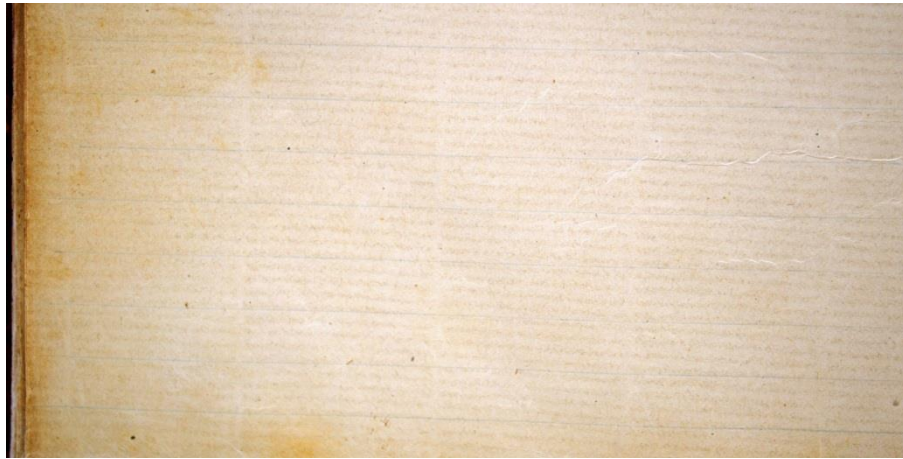
O papel que constitui o corpo (miolo) do livro tem coloração amarelada, espessura fina. Utilizou-se um Medidor de Espessura¹⁷ para medir 4 folhas (guarda, folha 6, folha 27 e folha 53), todas mediram 0,1 mm. Além disso, as folhas contêm pautas azul claras. Também são visíveis estruturas de menor concentração de polpa no papel, que são os pontusais¹⁸ e as vergaduras¹⁹ (Figura 12).

¹⁷ Mitutoyo No. 2046-08 SHOCK PROOF

¹⁸ Linhas verticais, mais espessas e espaçadas entre si.

¹⁹ Linhas horizontais, mais finas e menos espaçadas entre si.

FIGURA 12 – Fotografia sob luz direta do papel com pautas azul-claras, pontusias e vergaduras

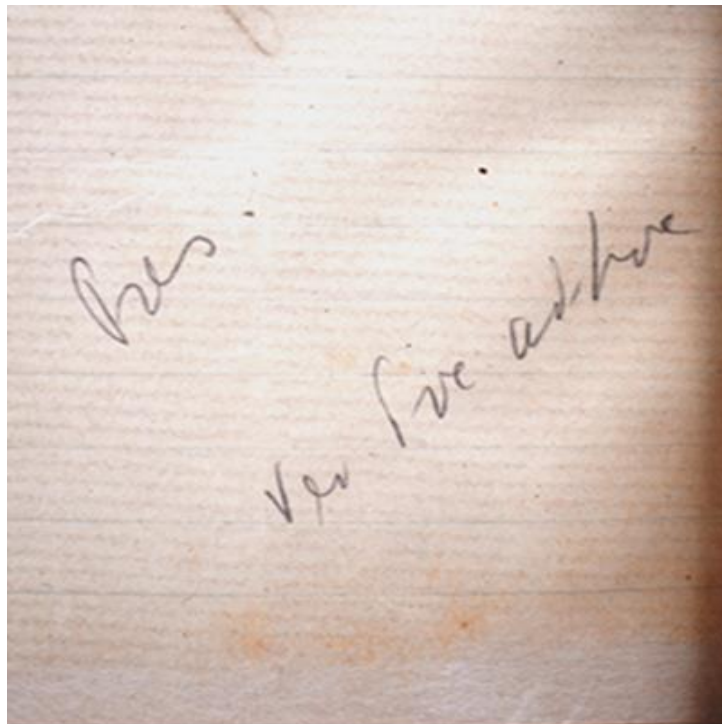


Legenda: Folha 48

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Há, ainda, inscrições a grafite, em alguns fólhos do manuscrito, como aquelas presentes na folha 40, por exemplo (Figura 13).

FIGURA 13 – Fotografia sob luz direta de inscrições feitas a grafite

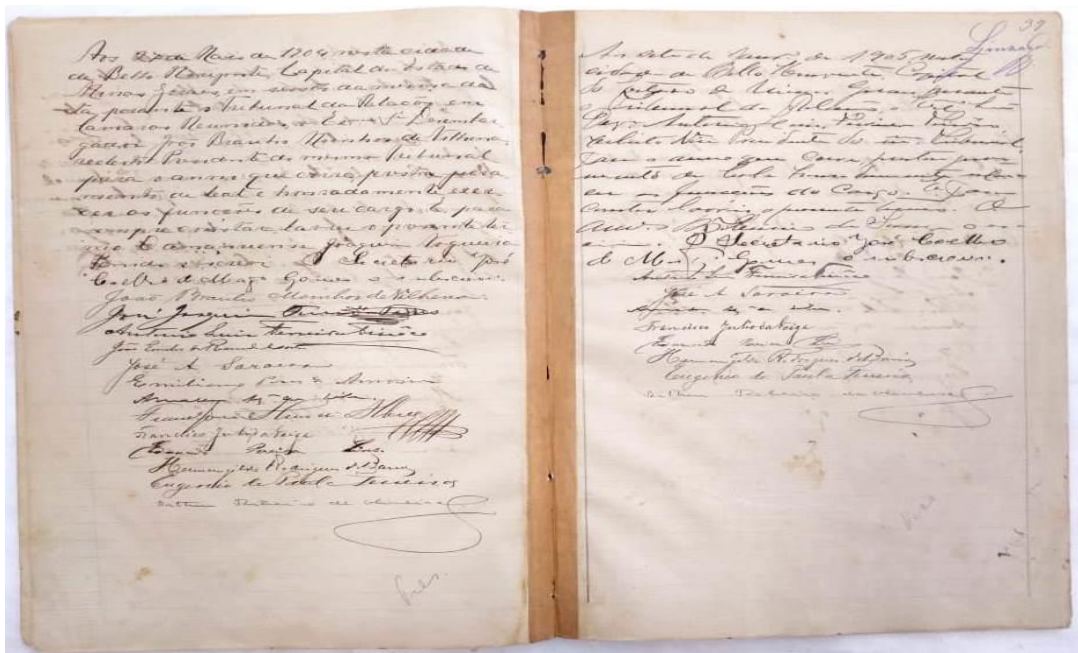


Legenda: Folha 48

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Nos fundos de caderno de alguns bifólios, observa-se a presença de uma fita, do tipo gomada, marrom, ao longo de toda a sua extensão vertical (Figura 14). Esta característica material, indício de uma intervenção anterior, será abordada apropriadamente no capítulo 4, no qual, justificaremos a opção pela não remoção da mesma.

FIGURA 14 – Fotografia sob luz direta da fita gomada no fundo do caderno



Legenda: Folha 39

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

2.2. Análise de Bibliografia Material

A Bibliografia Material é a vertente da Bibliografia que se debruça na investigação e descrição dos elementos materiais intrínsecos e extrínsecos do livro (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.46).

Como lembra Utsch (2021), identificar as bases, os elementos materiais e as técnicas que compõem os modos de produção do livro é prioridade nas discussões e nas elaborações de critérios, assim como nos tratamentos de conservação e restauração de objetos bibliográficos. Desta maneira, “a bibliografia material torna-se imperativa na compreensão das múltiplas e singulares características destes objetos” (UTSCH, 2021, p.178).

A análise e a descrição de livros manuscritos, tradicionalmente, e de uso mais recorrente, instrumentalizam-se na Codicologia²⁰, enquanto estas mesmas análises em livros impressos têm fundamentos na Bibliografia Material. Esta formulação diz respeito aos princípios que regem estas duas disciplinas, o que não quer dizer que não ocorra deslocamentos da aplicação destas premissas nas práticas documentais. (COLAÇO; VIEIRA; MARQUES, 2022, p.232). As possibilidades de trânsito de tais pressupostos nas práticas de descrição material do livro fizeram-nos adotar, neste trabalho, o termo Bibliografia Material.

Para apresentar a análise dos elementos materiais do livro em questão, optou-se por elaborar uma ficha de análise bibliográfica (Quadro 3). Esta ficha foi adaptada a partir de uma “Ficha de Análise Bibliológica” criada e publicada pela pesquisadora e professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG, Dr.^a Ana Utsch. As adaptações visam atender às particularidades do objeto estudado neste trabalho (Quadro 3).

QUADRO 3 – Ficha de análise bibliográfica

Continua

FICHA DE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA PARA ENCADERNAÇÃO (SÉC. XIX E XX)
Dados bibliográficos
Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores – Tribunal da Relação de Ouro Preto – 1874 até 1910
Corpo da obra
Estrutura
Dimensões: 31,7 cm de comprimento; 22,5 cm de largura; 1,5 cm de altura
Papel: Provavelmente de fibras de madeira²¹
Cadernos: 7
Fólios: 54 numerados
Folhas de guarda: 6 volantes, sendo 2 de coloração verde
Mecânica
Costura

²⁰ Disciplina que centra suas ações na análise dos elementos materiais dos manuscritos. (cf. Elisa Ruiz García. In: *Introducción a la codicología*, 2002, p.26. Tradução nossa).

²¹ Análises foram realizadas para a confirmação desta hipótese e os resultados são apresentados na sessão 2.3.2.

QUADRO 3 – Ficha de análise bibliográfica

Continua

Costura: suporte de sustentação: cordão
Pontos de costura: 6
Pontos de apoio: 2
Costura completa
Ponto cruzado
Pastas
Pastas soltas
Cordão aderido na face interior das pastas: 2 cordões
Corte reto: lateral, superior e inferior
Material: papelão – 0,6 mm de espessura – lâminas sobrepostas coladas.
Lombada
Solta
Com falso lombo
Convexa
Cabeceados e coifas
Cabeceado: inexistente
Coifas: convexas
Cobertura
Materiais de revestimento
Couro vermelho: em todo o espelho.
Tecido: com tratamento de superfície, de cor marrom, para imitar couro: nos cantos superior, inferior e no dorso.
Unidade temática/revestimento
Meia-encadernação com cantos ou bordas
Flexível
Decoração – pastas de lombadas
Etiqueta em papel contendo o título: manuscrita e aderida na área central da pasta anterior e na lombada.

QUADRO 3 – Ficha de análise bibliográfica

Conclusão

Etiqueta de datação: autoadesiva, manuscrita, localizada na parte superior da pasta anterior.
Cortes – superior, inferior e lateral (goteira)
Superior e inferior: refileados
Lateral ou goteira: plano
Guardas e charneiras
Papel: fibra de madeira²²
Particularidade
Guardas fixas e duas guardas volantes de coloração verde.

Fonte: Maycon Amaral, 2024²³.

O material do revestimento dos cantos foi identificado, conforme apontado no quadro acima, como sendo um tecido com tratamento de superfície para imitar couro. Tal identificação foi possível através de análises visuais e fotografias de luz direta, onde é possível perceber as fibras soltas do tecido, nas áreas de danos e desgastes, que serão apresentadas no Capítulo 3. Além disso, foram realizadas fotografias com microscópio digital portátil USB²⁴ em que são vistas as tramas do tecido (Figura 15).

FIGURA 15 – Fotografia microscópica da trama do tecido do revestimento do canto



Fonte: Maycon Amaral, 2024.

²² *Idem* nota 20

²³ Adaptado de Ana Utsch, 2021.

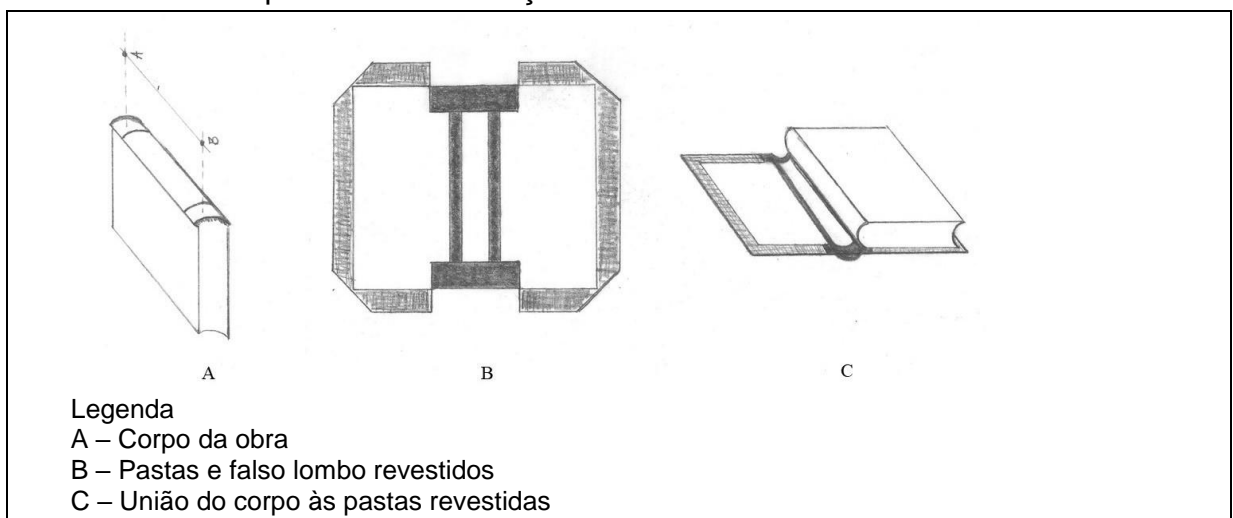
²⁴ Marca Digital Microscope HD CMOS – DM 1000x – RoHS.

A encadernação presente foi identificada como do tipo encadernação de editor, também designada como capa-solta. Segundo Ana Utsch em *A mecânica dos livros: encadernação, bibliologia e conservação*, essa designação é “uma referência à subtração de um dos elementos fundamentais de estruturação da mecânica do livro: o empaste, a fixação das pastas ao suporte da costura” (UTSCH, 2021, p.175). Ainda de acordo com a autora

[...] com o novo procedimento, o que garante a vinculação do corpo da obra às pastas, já revestidas, é a simples colagem das guardas e do material de consolidação do dorso na face interior das pastas superiores e inferiores, caracterizando dois momentos distintos de fabricação: de um lado, a preparação da costura e do corpo da obra e, de outro, a preparação das pastas e dos materiais utilizados para revesti-las, formando uma peça única (Idem, 2021, p.176)

A seguir, apresentaremos um esquema mostrando as etapas desse tipo de encadernação (Figura 16).

FIGURA 16 – Etapas da encadernação de editor

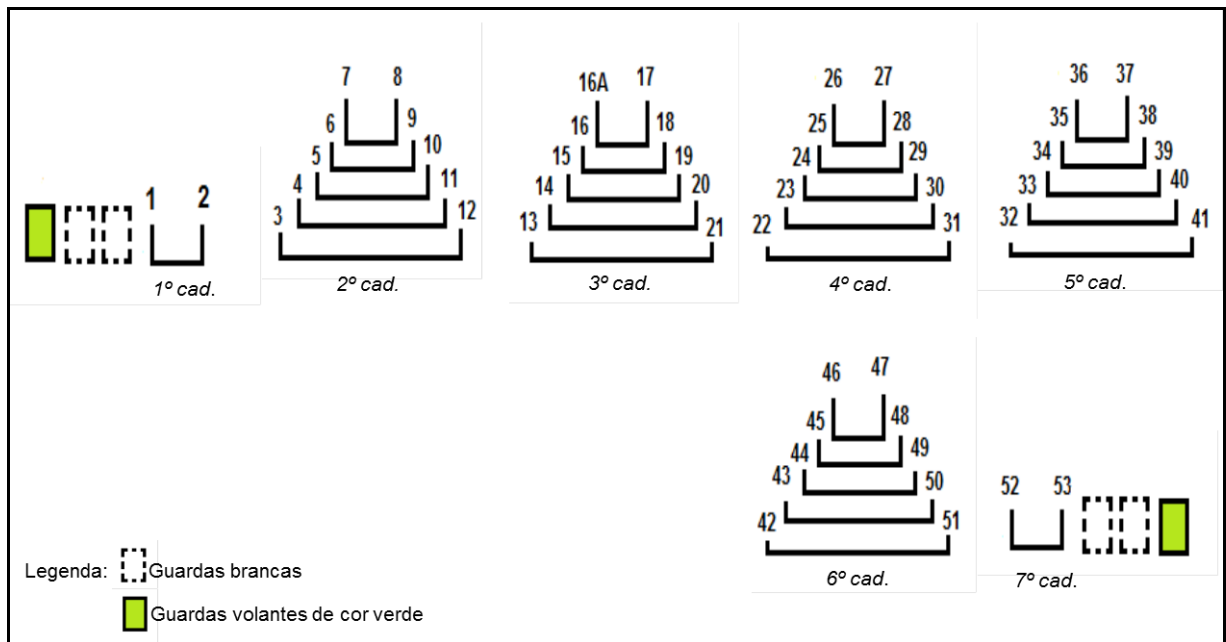


Fonte: Ana Utsch, 2021.

Além de todos os elementos que caracterizam uma encadernação de pasta solta, foi encontrado um fragmento de cordão de algodão, inserido na pasta, o que nos faz acreditar ser vestígio de um cordão de sustentação, outrora presente.

Sobre a composição do corpo do livro, no que diz respeito à formação dos cadernos, o “mapeamento de cadernos”, é de grande importância. A realização deste mapeamento é a garantia da correta remontagem da obra nos casos em que se fizer necessária a desmontagem do livro para os tratamentos de restauração. Na figura 17 é apresentado o *mapeamento de cadernos* do livro tratado neste trabalho.

FIGURA 17 – Mapeamento de Cadernos



Elaboração: Maycon Amaral, 2023.

2.3. Análise técnico-científica da materialidade

Em todo projeto de conservação e restauração faz-se necessário seguir uma sequência de procedimentos lógicos, que começa pela análise visual do objeto buscando identificar, num primeiro momento, aspectos relevantes de sua materialidade, seguido da coleta das informações históricas disponíveis, como contexto de produção, usos, situação de guarda, entre outras.

Os artefatos, aqui compreendidos como quaisquer objetos feitos pelo homem com valor cultural, histórico ou artístico, são analisados na tentativa de trazer respostas às questões relacionadas à sua história, às técnicas de construção/produção e às suas origens. De acordo com Whitmore (2003).

os exames científicos que procuram responder tais questões normalmente exigem a identificação dos materiais e técnicas empregados naquela obra, sendo que outros estudos visam responder a perguntas básicas sobre a conservação do objeto, seu estado físico e químico, causas de deterioração e vulnerabilidade às condições de acondicionamento ou exposição (Whitmore, 2003 *apud* GONÇALVES, 2015, p.56).

Para a identificação dos materiais constitutivos do objeto, das técnicas utilizadas na sua construção, bem como na definição dos tratamentos de

conservação e restauração, bem como dos seus riscos, realizam-se exames que são classificados em duas categorias: não invasivos e invasivos. Os exames não invasivos são realizados sem que haja a retirada de amostra e o material não sofre alterações significativas durante a análise (FIGUEIREDO JUNIOR, 2012). Podem ser apontados como exemplos potenciais, análises realizadas sob luz visível, o imageamento macroscópico ou microscópio, com diferentes fontes de iluminação (documentação científica por imagem), medidas de pH por contato e, espectroscópicas que prescindem de retirada e preparo de amostras, como é o caso da Espectroscopia de Absorção no Infravermelho com Transformada de Fourier com Refletância Total Atenuada (ATR-FTIR).

Diversas técnicas analíticas foram empregadas para o estudo do Livro de Juramentos, partindo de observações/análises visuais, exames organolépticos (aqueles que podem ser percebidos pelos nossos sentidos, tato, olfato e visão), documentação científica por imagem (imageamento macroscópico/microscópico) e exames não invasivos ou destrutivos.

Segundo Figueiredo Junior (2012), exames não invasivos mostram-se bastante eficientes, sendo, portanto, os mais indicados para o campo da conservação e restauração de bens culturais, uma vez que não necessitam de coleta de amostra, evitando assim, alterações significativas no material analisado.

Entretanto, “os equipamentos que realizam este tipo de ensaio são pouco disponíveis e também há o problema de eles não serem seletivos, ou seja, não podem analisar separadamente as camadas” (FIGUEIREDO JUNIOR, 2012, p.167).

Neste trabalho, optamos por análises visuais, com o objetivo de caracterizar o documento em relação ao suporte, estado de conservação, bem como os elementos sustentados. Também realizamos medidas de pH da superfície (por contato) e análises por FTIR, objetivando identificar materiais presentes no volume estudado.

2.3.1 Observação sob luz visível

Para a investigação de um objeto em suporte de papel, seja ele encadernado ou não, a primeira análise a ser considerada deve ser a observação sob luz visível, juntamente com as análises organolépticas.

De acordo com Gonçalves (2015), por meio de exames organolépticos que utilizam os sentidos humanos, em especial, a visão, o tato e o olfato, consegue-se reunir informações primárias para um diagnóstico descritivo.

A observação visual, por exemplo, é capaz de fornecer informações relativas às características do tipo de papel, marcas, originais e/ou de uso, tintas e técnicas utilizadas. O tato auxilia na identificação de texturas, relevos, fragilidades. Já o olfato, pode apontar para a presença de microrganismos e diferentes produtos de degradação, como o ácido acético.

A estas observações associam-se instrumentos como lupas, microscópios, réguas, fitas métricas, que auxiliam a determinar algumas características.

Segundo a autora:

com essa observação mais geral é possível estabelecer um planejamento estratégico das investigações que serão feitas para evitar riscos, excessos de análises não justificáveis ou a ausência de dados indispensáveis para a caracterização físico-química da obra (GONÇALVES, 2015, p.61).

Este conjunto de análises permite também a identificação das características relacionadas aos processos de *deterioração* e *degradação*. Tais termos, na perspectiva deste trabalho, vão ao encontro do pensamento de Silvana Bojanoski (2021), que define, em sua tese de doutoramento

a *deterioração* como o efeito ocorrido nos objetos resultante de mudanças estruturais/funcionais sob ações físico-químicas, sendo baseados em processos de destruição micro ou macroscópicos. Já a *degradação* envolve a alteração da natureza material do objeto por ação de fatores químicos, eletroquímicos, microbiológicos, térmico-radiativos, apresentando efeitos cumulativos (BOJANOSKI, 2018, p.181).

Por sua vez, a documentação científica por imagem ou imageamento macroscópico/microscópico é de igual relevância, pois permite o registro do objeto analisado e seu estado de conservação naquele momento presente, sendo uma ferramenta para futuros estudos e comparações.

2.3.2 Espectroscopia de Absorção no Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR)

O FTIR é um exame cuja técnica se baseia na detecção das vibrações das ligações entre moléculas. Tais vibrações são causadas por excitação a partir de radiação na faixa do infravermelho.

De acordo com Lopes *et al* utiliza-se

"[...] a espectroscopia de ATR-FTIR para fornecer alguns indícios quanto à caracterização físico-química de tais amostras. Esta é uma técnica analítica baseada na análise de frequência de vibração molecular que ocorre em compostos químicos, dessa forma, fornece evidências de grupos funcionais possivelmente presentes em uma determinada amostra, podendo ser utilizada na identificação de um composto [...]. Um benefício desta técnica é a facilidade de preparo de amostras, que podem ser analisadas diretamente e de modo rápido (Poliszuk & Ybarra, 2013). No entanto, os resultados fornecidos são insuficientes para permitir atribuições sólidas, sendo imprescindíveis técnicas complementares que garantam a fidedignidade das inferências quanto à constituição material das amostras." (LOPES *et al* 2023, p. 90-105)

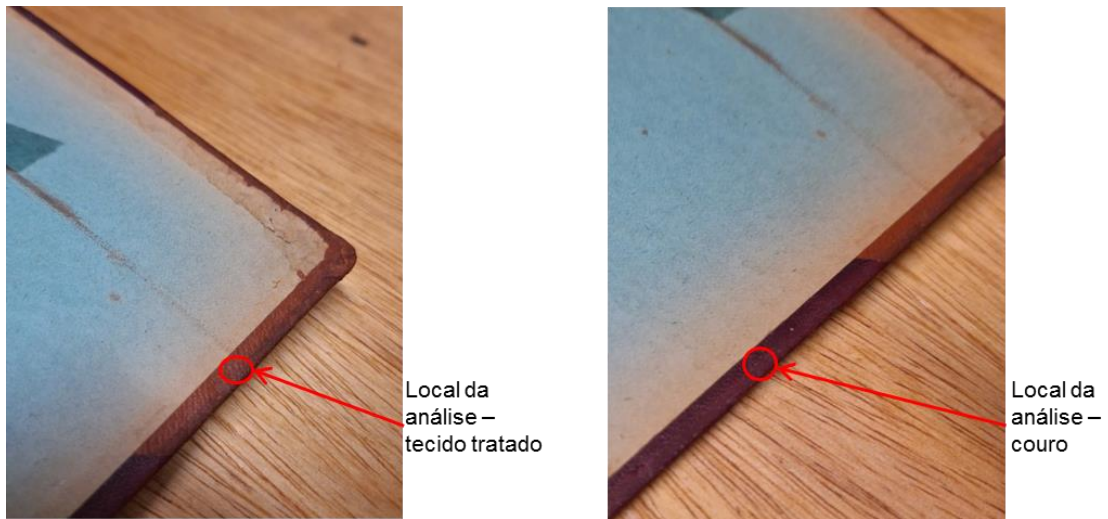
Nesta pesquisa, os exames foram realizados no LACICOR/EBA – UFMG, utilizando um espectrômetro *Bruker*, modelo *Alpha*, módulo *Attenuated Total Reflectance* (ATR). Os espectros foram coletados na faixa de 500 a 4000 cm^{-1} , com resolução espacial de 4 cm^{-1} , com 128 *scans* por corrida, e então foram analisados utilizando o *software OPUS*. Os espectros gerados foram tratados no *software SciDavis*. Para as interpretações dos resultados consultou-se o banco de dados do Grupo de Usuários de Infravermelho e Raman (IRUG), além de outras fontes.

As análises foram feitas nos seguintes locais:

- Seixa da pasta inferior no tecido com tratamento superficial – canto
- Seixa da pasta inferior no couro – campo;
- Folha 27 sem inscrição,
- Tinta preta do texto nas folhas 26 e 34,
- Tinta azul do texto na folha 1
- Guarda volante inferior.

Os locais das análises podem ser observados nas figuras 18, 20 e 22. Já os respectivos espectros obtidos podem ser observados nas figuras 19, 21 e 23.

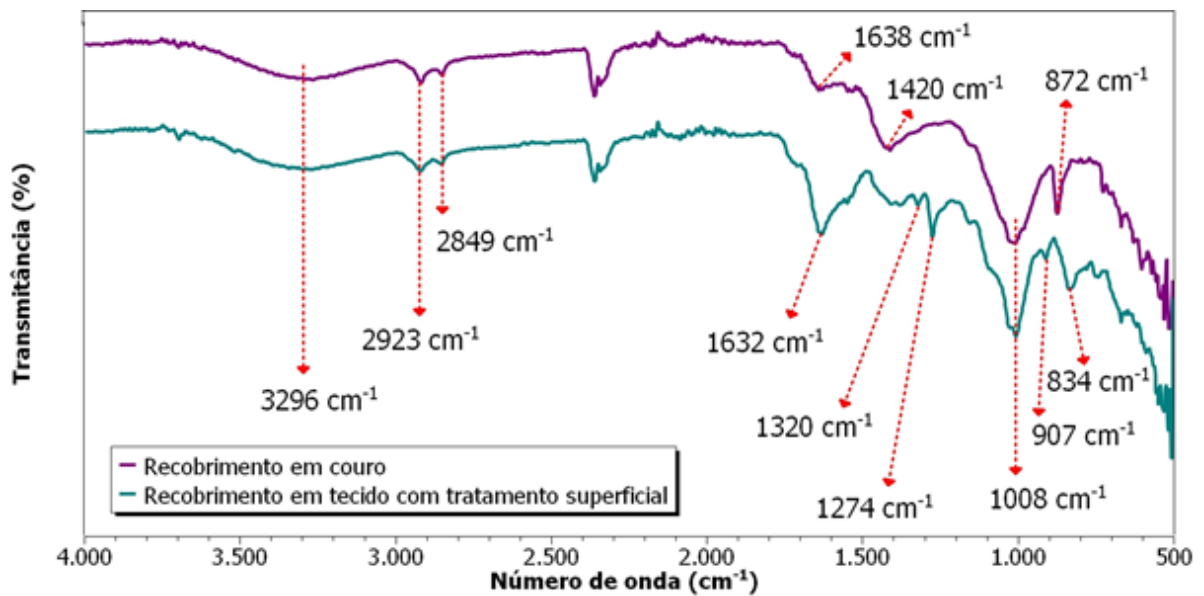
FIGURA 18 – Fotografias dos locais de análise nos recobrimentos



Legenda: a) Seixa da pasta inferior no tecido com tratamento superficial - canto
b) Seixa da pasta inferior no couro - campo

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

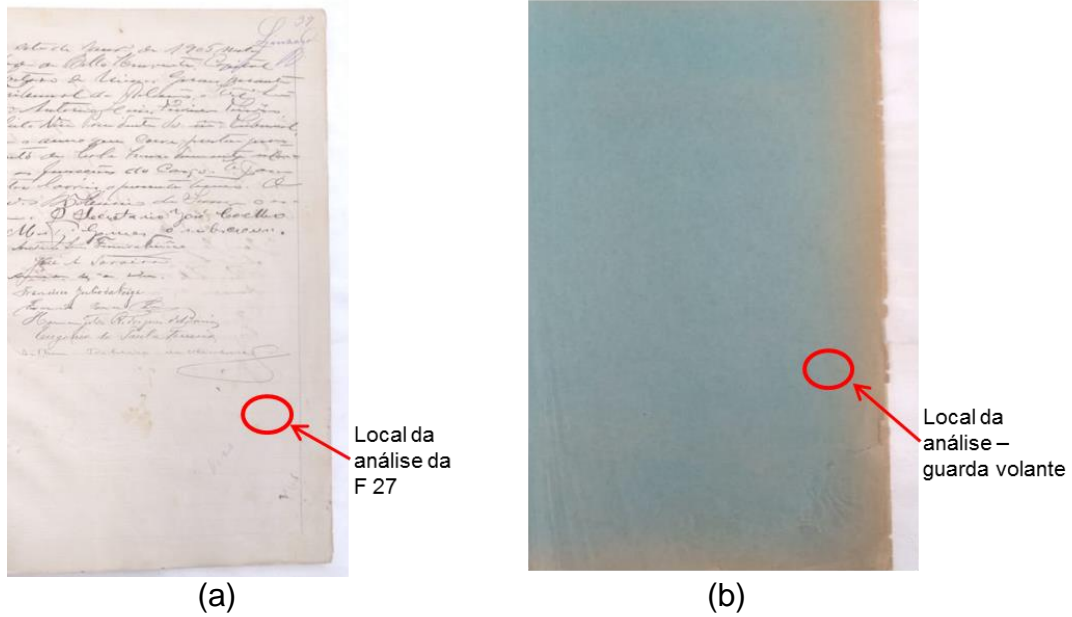
FIGURA 19 – Espectros²⁵ de FTIR para os diferentes recobrimentos presentes na encadernação



Fonte: Camilla Camargos, 2024.

²⁵ Os espectros foram deslocados verticalmente para facilitar a visualização.

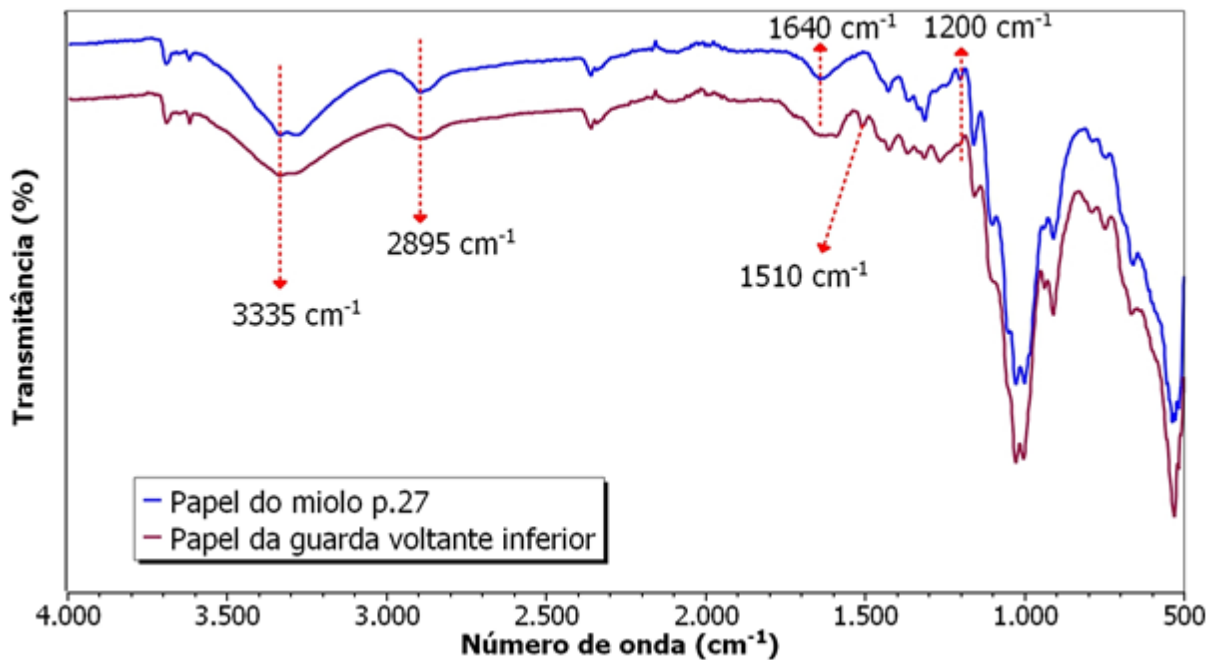
FIGURA 20 – Fotografias dos locais de análise nos papéis



Legenda: a) Folha 27 – área sem escrita
b) Guarda volante inferior

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

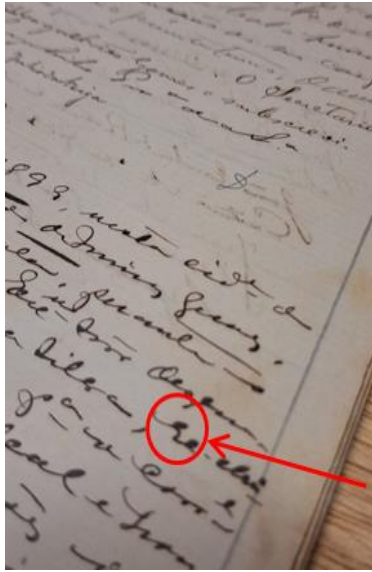
FIGURA 21 – Espectro²⁶ de FTIR do papel da folha 27 e guarda volante



Fonte: Camilla Camargos, 2024.

²⁶ *Idem* nota 25.

FIGURA 22 – Fotografias dos locais de análise nas tintas da escrita



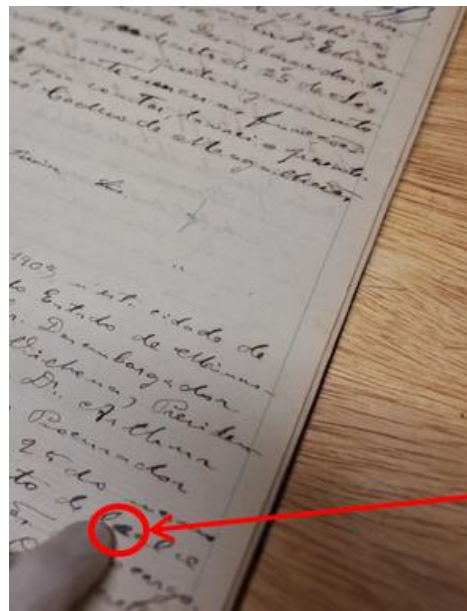
Local de análise
da tinta preta –
folha 26

(a)



Local de análise
da tinta azul –
folha 1

(b)



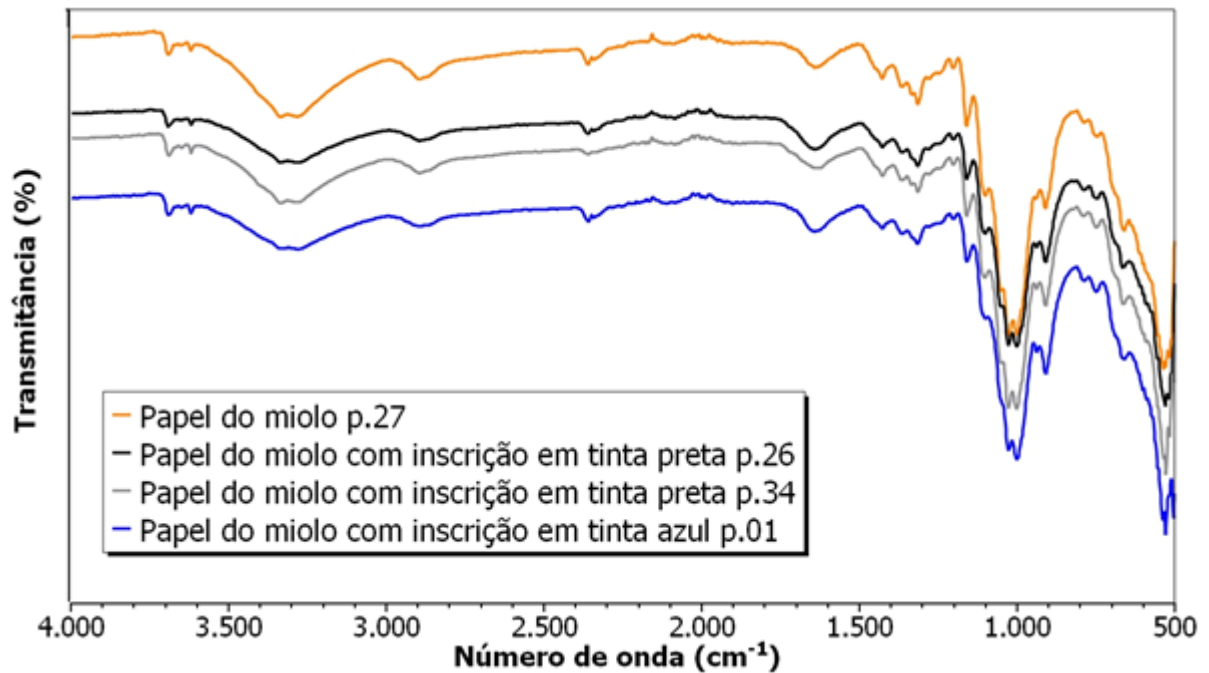
Local de análise
da tinta preta –
folha 34

(c)

Legenda: a) Tinta preta na folha 26
b) Tinta azul
c) Tinta preta na folha 34

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

FIGURA 23 – Espectro²⁷ do papel da folha 27, das tintas pretas e da azul



Fonte: Camilla Camargos, 2024.

Através da análise dos revestimentos das pastas, tanto no campo quanto no canto, observam-se algumas semelhanças e diferenças, como indicados nos espectros apresentados na Figura 19. As similaridades se encontram na ampla banda de absorção centrada em cerca de 3300 cm^{-1} , a qual pode ser atribuída tanto ao estiramento de grupos O–H (hidroxila) na celulose (PEETS *et al.*, 2019), quanto ao estiramento dos grupos N–H (em aminas ou amidas) no colágeno, um dos principais componentes do couro (NARAYANAN *et al.*, 2024). As bandas em cerca de 2923 e 2849 cm^{-1} podem indicar, no caso do revestimento em tecido tratado a presença de lignina (CAMARGOS, 2021), enquanto no recobrimento em couro, podem ser atribuídas a presença de lipídios (NARAYANAN *et al.*, 2024). As principais diferenças entre os espectros, por sua vez, são a presença das bandas de absorção em 1420 e 872 cm^{-1} no espectro do recobrimento em couro (provável), assim como a presença de bandas de absorção centradas em 1320 , 1274 , 907 e 834 cm^{-1} no espectro do recobrimento em tecido (provável). As bandas em 1435 – 1420 cm^{-1} e em cerca de 875 cm^{-1} podem ser atribuídas à presença carbonato de cálcio em couros históricos (VICHI *et al.*, 2018). As bandas em 1320 – 1310 cm^{-1} e em cerca de 900 cm^{-1} podem ser associadas, respectivamente, a vibração de grupos

²⁷ *Idem* notas 25 e 26.

–CH₂ e C–H na celulose (ROHADI *et al.*, 2020). A banda centrada em 1274 cm⁻¹, por outro lado, pode ser atribuída às vibrações de ligações C–O em grupos acetilas (RWAWIIRE *et al.*, 2013).

Comparando-se o papel do miolo (folha 27) e da guarda volante inferior do livro, os espectros obtidos também mostram semelhanças e diferenças conforme evidenciado na Figura 21. As semelhanças encontram-se, novamente, nas bandas entre 3000 e 3500 cm⁻¹, atribuídas à presença da celulose. A banda de absorção centrada em cerca de 2895 cm⁻¹, por sua vez, pode resultar da junção das bandas em 2920 e 2845 cm⁻¹, características da lignina (CAMARGOS, 2021). Ambos os espectros apresentam as bandas características da celulose na dita região de impressão digital (*fingerprint*), entre 900–1200 cm⁻¹. O espectro do papel do miolo apresenta banda levemente mais bem definidas em 1640 cm⁻¹, associada à presença de grupos carboxilatos originados da oxidação da celulose (1760–1530 cm⁻¹) (CAMARGOS *et al.*, 2022), e em 1220 cm⁻¹, atribuída às vibrações de C–O–H no plano (HAJJI *et al.*, 2016). A principal diferença por sua vez, está na banda em 1510 cm⁻¹ que apenas está presente no espectro da guarda volante, também podendo ser atribuída à presença de resíduos de lignina no papel (LOJEWSKA *et al.*, 2005). Tais resultados corroboram com as análises organolépticas e são indicativos de que os papéis neste livro são, possivelmente, baseados em fibras de madeira.

Na Figura 23, são apresentados os espectros para o papel sem e com inscrições feitas por diferentes tintas da escrita. Não existem diferenças consideráveis entre os espectros para o papel do miolo da folha 27 e o papel do miolo com inscrições em tinta preta (provavelmente ferrogálica) das folhas 26 e 34 e com a tinta azul, presente na folha 1. Os espectros apresentam perfil típico atribuído a material lignocelulósico (CAMARGOS, 2021), isto é, produzido a partir de madeira (contêm indícios de presença de lignina residual). A razão pela qual todos os espectros são semelhantes, mesmo quando as inscrições foram analisadas, provavelmente pode ser associada aos seguintes fatores: (1) a profundidade de penetração aparente do feixe incidente no ATR-FTIR pode ser maior do que 60 μm (GÖTZ *et al.*, 2020), ou seja, a leitura feita pelo equipamento ultrapassa a camada de tinta e chega à camada do papel subjacente às inscrições; (2) proporcionalmente, a concentração/quantidade das tintas nas áreas analisadas é bem menor do que a concentração/quantidade de papel.

Assim, como as amostras analisadas são sistemas muito complexos, em que os componentes não foram separados para análises individuais, diferenças não puderam ser observadas por esta técnica específica. De fato, Corregidor *et al.*, (2019) obtiveram resultado similar quando tentaram analisar amostras de papel contendo tinta ferrogálica. Eles reportaram que, com espectroscopia FTIR, não foi possível distinguir diferenças claras entre áreas tintadas e não tintadas do papel, possivelmente devido à baixa quantidade de tinta depositada no papel.

É necessário enfatizar que as análises aqui realizadas não são 100% conclusivas quando tomadas individualmente. O ideal seria que se realizassem outros exames comparativos e complementares, utilizando-se de diferentes técnicas, inclusive imageamento com diferentes iluminações, como fotografias de radiação infravermelha refletida, que poderiam evidenciar distinções entre tintas ferrogálicas e tintas de carbono, por exemplo.

O uso de outras técnicas analíticas mais complexas, como fluorescência de raios-X por energia dispersiva (EDXRF) ou microscopia eletrônica de varredura (MEV), poderia trazer maiores elucidacões sobre o livro aqui estudado, mas não foi possível, por ora, realizar tais análises complementares.

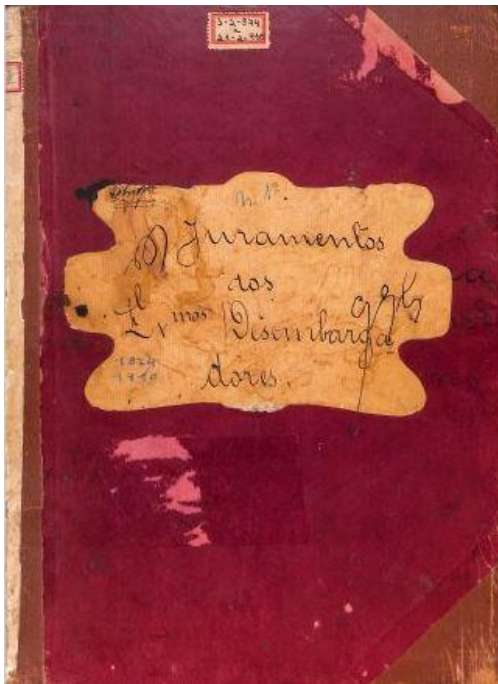
Neste trabalho, assim, obtivemos um panorama geral de indícios sobre a composicão material de diferentes partes do livro, especialmente os materiais de recobrimento/revestimento das pastas e os papéis empregados nas folhas de guarda e no miolo.

3. DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A identificação do estado de conservação requer um olhar minucioso para reconhecer as principais manifestações patológicas presentes, além disso, se faz necessária a compreensão material do livro bem como sua técnica construtiva. Esta identificação auxilia o profissional da conservação e restauração na tomada de decisão perante as intervenções a serem realizadas. Ao longo deste capítulo, será apresentado o levantamento do estado de conservação do Livro de Juramentos.

Através de análises visuais iniciais, verifica-se que o livro apresentava bom estado geral de conservação, com as capas relativamente íntegras, do ponto de vista de sua estrutura, cumprindo a função de proteger seu corpo, e também de garantir a manutenção de uma unidade (Figura 24).

FIGURA 24 – Fotografia, sob luz direta, da capa do manuscrito encadernado



(a)



(b)

Legenda: a) Pasta superior
b) Pasta inferior

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

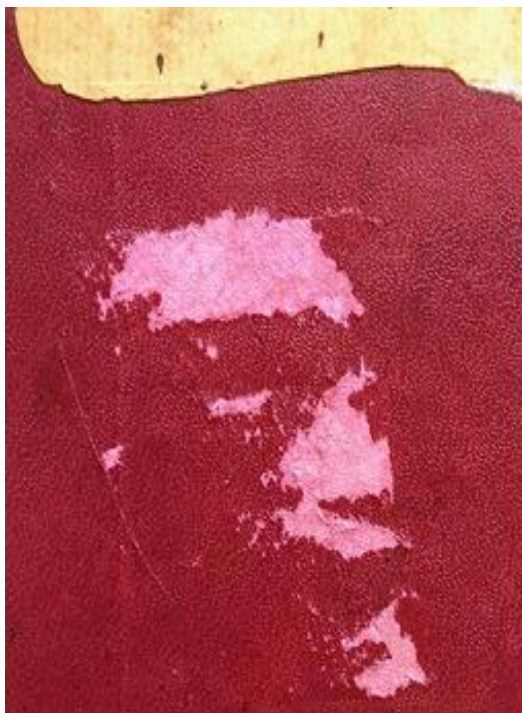
As pastas contêm pontos de fragilização do suporte, principalmente, nos cantos superior e inferior. No revestimento, também se observam alguns danos.

Há sujidades superficiais, tanto nas pastas quanto no corpo do livro. Considera-se sujidade o “dano ocasionado por materiais depositados ou incrustados na superfície das obras em papel, como poeira, poluentes particulados, detritos de insetos, alimentos etc.” (BOJANOSKI; ALMADA, 2021, p.74).

O revestimento das pastas, tanto superior quanto inferior, apresentava áreas de delaminação e de abrasão (Figura 25). A primeira caracteriza-se pela perda de camadas superficiais contínuas. Já a segunda também leva a perdas, mas não necessariamente contínuas, sendo um tipo de dano causado pela fricção com materiais abrasivos, como poeira, por exemplo. Para Bojanoski e Almada (2021),

a abrasão, em geral, é resultado de manuseio inadequado e falta de limpeza nos locais de guarda. A poeira depositada sobre as superfícies, por exemplo, funciona como uma lixa durante a movimentação de livros (BOJANOSKI; ALMADA, 2021, p.20).

FIGURA 25 – Fotografia, sob luz direta, dos danos nos revestimentos da pasta superior



(a)



(b)

Legenda: a) delaminação no revestimento do campo
b) abrasão no revestimento do canto

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Há, ainda, a ocorrência de delaminação dos cartões de papelão nos cantos superiores e inferiores de ambas as pastas, ocasionando perda da estrutura desses cantos (Figura 26).

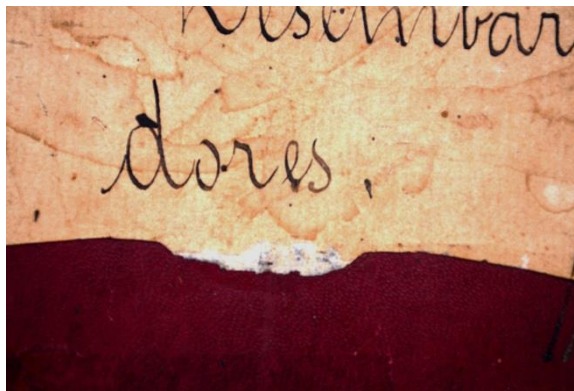
FIGURA 26 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da delaminação do cartão



Fonte: Patrícia Lavall, 2023.

Ainda afixada à capa, existe uma etiqueta maior, de coloração amarelada, com algumas manchas marrons e outras pretas, além de sujidades e uma pequena área de delaminação, em sua porção inferior (Figura 27).

FIGURA 27 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, do dano na etiqueta central



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

A estrutura do dorso encontrava-se um pouco comprometida, devido a perdas e desgastes em seu elemento de sustentação feito de papel (Figura 28). O revestimento estava desgastado, especialmente na região das coifas. Havia, ainda, pequenos furos causados por ataques de insetos.

FIGURA 28 – Fotografia sob luz direta dos danos no elemento do dorso



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

A encadernação estava comprometida pelo rompimento estrutural das pastas, nas áreas de articulação das charneiras (Figura 29), na parte interna do livro. Em razão desta desarticulação, a costura fica aparente e revela alguns pontos de rompimento parcial ou total. Encontrou-se, ainda, vestígio do que teria sido um cordão de sustentação outrora perdido.

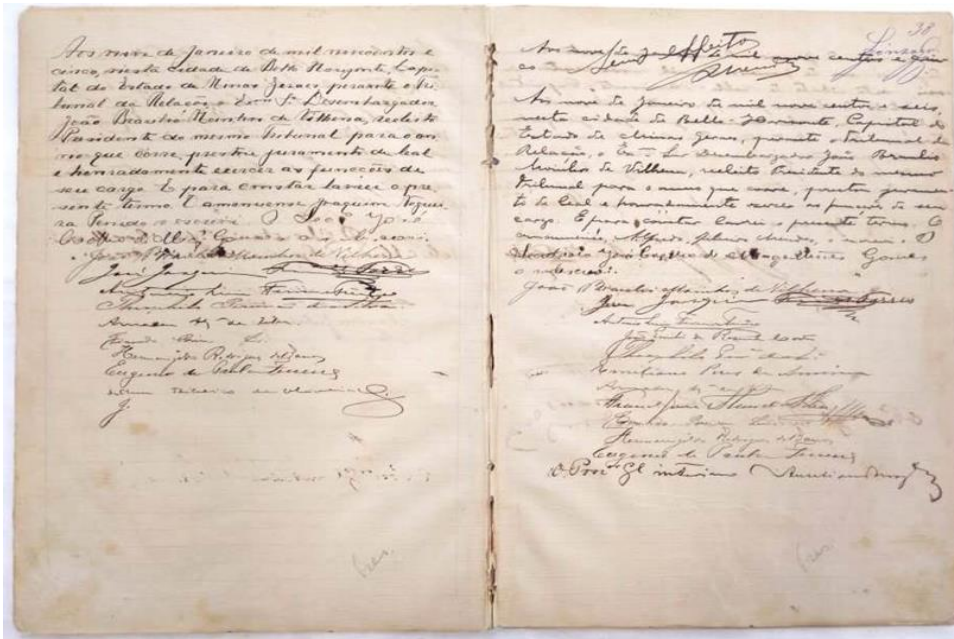
FIGURA 29 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da charneira rompida



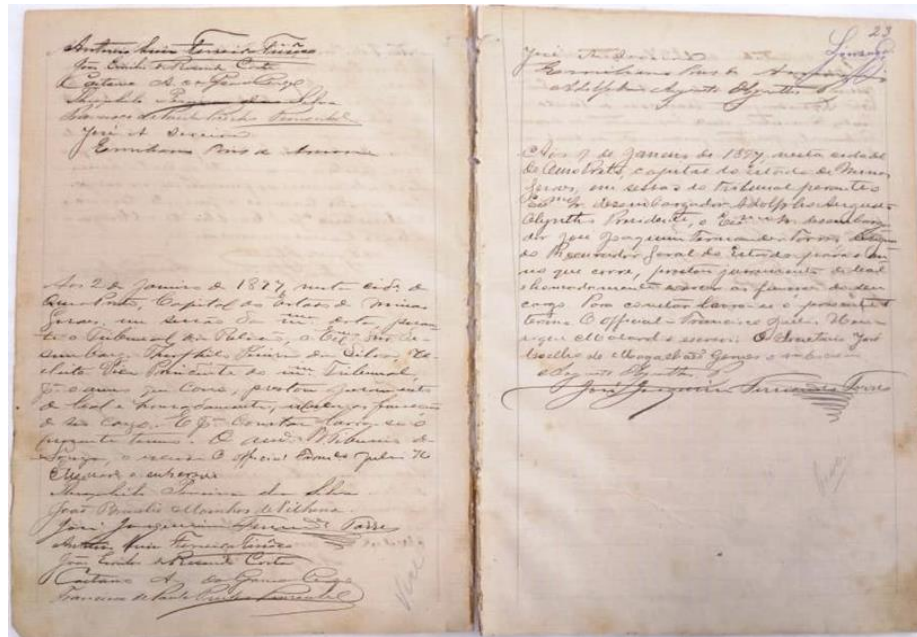
Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Os cadernos que compõem o corpo da obra encontravam-se com diferentes graus de deterioração, estando, alguns com rompimento parcial e outros com rompimento total e completa separação dos bifólios (Figura 30).

FIGURA 30 – Fotografia sob luz direta do rompimento dos fundos de caderno



(a)



(b)

Legenda: a) Rompimento parcial do fundo de caderno – folha 38
b) Rompimento total do fundo de caderno – folha 23

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

As duas guardas volantes apresentavam amarelecimento em todas as bordas, além de estarem quebradiças. A guarda volante anterior, possuía um vinco em toda a sua extensão vertical (Figura 31), caracterizado por uma linha bem-marcada que causa fragilidade nesta área, podendo causar até mesmo o rompimento das fibras do papel.

FIGURA 31 – Fotografia sob luz direta da folha de guarda anterior com vinco



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

As outras guardas, também estavam bastante fragilizadas. Ademais, observou-se a presença de sujeira superficial, algumas encrustadas, como excrementos de insetos, além de áreas faltantes, nos cantos inferiores e superiores, caracterizadas pela perda de partes do papel, em geral, ocasionada por ataques de animais e/ou insetos e, também, pelas ações antrópicas, ou seja, manuseio, transporte e acondicionamento inadequados.

As guardas fixas, tanto a anterior quanto a posterior, apresentavam manchas escurecidas causadas pela degradação de fita adesiva supostamente colocada, em algum momento, para fixar uma capa móvel (Figura 32).

FIGURA 32 – Fotografia sob luz direta das manchas adesivas nas guardas fixas



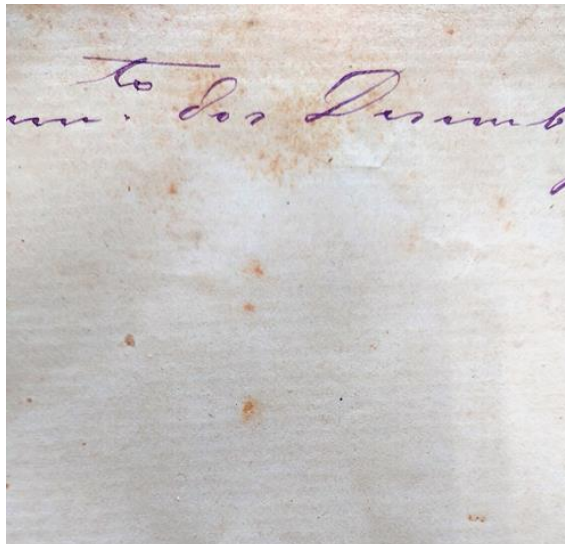
Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Em alguns fólhos observa-se, além de sujidades, fragilidade do suporte e amarelecimento do papel, a presença de *foxing* (Figura 33), que são manchas pontuais de cor marrom-avermelhada que se espalham pela superfície do papel.

Segundo Almada e Bojanoski (2021)

não existe estudo conclusivo sobre a origem do foxing, mas pode estar relacionado a múltiplas causas, como ação de microrganismos, substâncias presentes na manufatura do papel e ação da umidade (BOJANOSKI; ALMADA, 2021, p.40)

FIGURA 33 – Fotografia, de detalhe, sob luz visível direta, evidenciando a presença de *Foxing*



Fonte: Maycon Felipe, 2023.

A medida com fita indicadora de pH²⁸, por contato na superfície, indicou que, tanto o papel do miolo, quanto as guardas, apresentavam resultado de pH 5, estando moderadamente ácido²⁹, e, em razão disso, estavam frágeis e quebradiços.

Em razão dessa fragilidade, havia, em especial na área dos cortes, algumas perdas de suporte (Figura 34), que podem ser decorrentes de manuseio inadequado, resultado de ataques de insetos ou roedores, dentre outras causas.

FOTOGRAFIA 34 – Fotografia, em detalhe, sob luz direta da perda de suporte



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Os dois tipos de tinta observados na grafia – azul e marrom – encontravam-se estáveis e sem degradações aparentes, em grande parte do texto, sendo que a marrom apresentava diferentes tonalidades. Em áreas específicas do texto observaram-se alguns processos de degradação. As características das degradações presentes no texto do livro são indicativas de que a tinta seja provavelmente ferrogálica. Além disso, alguns trabalhos realizados com documentação de Minas Gerais³⁰ nos mostram a presença da tinta ferrogálica na

²⁸ Macherey – Nagel - MN®

²⁹ Ainda que, no âmbito da Química e áreas correlatas, um pH entre 5 e 6 seja considerado moderadamente ácido (https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPMS/18428/1/Circ_72.pdf), é importante considerar que, em uma amostra de papel, este valor de pH já pode ser um indicio da presença de concentração significativa de espécies ácidas (íons H⁺).

³⁰ Monografia de TCC de Patrícia Vaz de Mello Lavall (2017), que analisa um manuscrito datado de 1720 contendo textos grafados com tinta ferrogálica.

região, pelo menos desde o século XVIII, o que corrobora com a hipótese de a tinta presente no livro analisado, ser provavelmente, uma tinta ferrogálica.

Segundo Banik (1998), “importantes objetos históricos em bibliotecas e arquivos, ou seja, documentos manuscritos sofrem danos muito graves como resultados dos efeitos destrutivos de tinta ferrogálica” (BANIK, 1998, *online*). Ainda de acordo com o autor, a deterioração do papel, à *priori*, é em grande parte ocasionada pela degradação das tintas que contém ferro em sua composição e o dano sofrido pelo papel passa por diversas etapas, desde uma fragilização do suporte, até a completa perda do suporte.

De acordo com Neevel e Reissland (1997, *apud* GONÇALVES, 2013, p.27), a degradação visual do papel pela tinta ferrogálica dá-se por quatro estágios, assim descritos:

1. Fluorescência de halos nas áreas da tinta quando iluminadas com radiação ultravioleta com comprimento de onda igual a 365nm;
2. Leve migração da tinta para o verso do papel;
3. Intensa migração da tinta para o verso do papel;
4. Rupturas e perdas do suporte nas áreas da tinta (GONÇALVES, 2013, p.27).

Conforme nos aponta Gupta (2021), os halos formados no primeiro estágio de degradação são inicialmente perceptíveis mediante a incidência de luz UV, no entanto, ocasionalmente podem ser vistos mesmo sob luz visível. No manuscrito analisado, é possível perceber estes diferentes estágios de degradação da tinta (Figura 35).

É importante salientar que, para afirmar de maneira categórica que a tinta utilizada neste manuscrito é de fato ferrogálica, seria necessário realizar análises específicas para a caracterização dos elementos constitutivos da tinta, como o EDXRF, por exemplo. Assim, apesar dos indícios materiais e visuais de que a tinta aqui analisada é provavelmente ferrogálica, tal consideração constitui uma hipótese que precisaria ser corroborada ou não por análises físico-químicas complementares.

FIGURA 35 – Fotografia em microscópio digital (zoom digital) da degradação do papel pela tinta



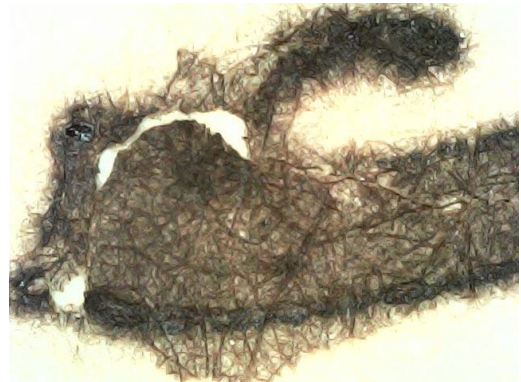
(a)



(b)



(c)



(d)

Legenda: a) Estágio 1 – presença de halos em torno da letra – (letra “e” da rubrica na folha 5)
b) Estágio 2 – Leve migração da tinta para o verso – (folha 27)
c) Estágio 3 – Intensa migração da tinta para o verso causando rachaduras – (folha 4)
d) Estágio 4 – Perda do suporte na área da tinta – (folha 4)

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

4. INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

As intervenções de conservação e restauração realizadas têm como objetivo principal reestabelecer a função da encadernação e devolver a estrutura do manuscrito encadernado que está comprometida. Neste sentido, as ações foram direcionadas para com o intuito de intervir o mínimo necessário para se alcançar o objetivo proposto. Este capítulo se debruça a apresentar e analisar de maneira crítica as intervenções realizadas.

A conservação e restauração de livros e documentos gráficos ocorrem, principalmente, em dois centros: bibliotecas e arquivos. A este respeito, Vinãs (2010) nos diz que

la mayor parte de los trabajos de conservación y restauración de nuestro campo se desarrollan en centros em los que primordial nos es la naturaleza artística del objeto, sino su contenido. Es decir, lo primordial no es la capacidad del objeto para producir sensaciones de tipo estético, sino la información que transmite [...]. Los libros, los documentos que se hallan en bibliotecas, em archivos, se conservan como registro de información, y no como objeto de disfrute visual³¹ (VINÃS, 2010, p.21)

Em relação ao conservador-restaurador de documentos gráficos que atua em bibliotecas ou arquivos, podemos afirmar, de acordo com a obra *La Restauración del Papel*, que

el restaurador de este campo en realidad restaura muy poco, pero conserva mucho. Es, com claridade, un conservador antes que um restaurador. Su trabajo, su esfuerzo, sus técnicas, estan fundamentalmente destinadas a evitar que la información se pierda³² (VIÑAS, 2010, p.22).

Em razão do estado de conservação apresentado pelo livro, e também, no esforço de preservar as informações, optou-se por um tratamento de mínima intervenção, mantendo, na medida do possível, seu significado na atualidade e no contexto de sua salvaguarda. Conforme Clarkson (1999), “intervenção mínima significa interferência mínima”, ou seja, realizar o mínimo de atividades de

³¹ A maior parte dos trabalhos de conservação e restauração na nossa área é realizada em centros onde o principal não é a natureza artística do objeto, mas seu conteúdo. Quer dizer, o essencial não é a capacidade do objeto em produzir sensações do tipo estéticas, mas sim as informações que transmite [...]. Os livros, os documentos encontrados nas bibliotecas, nos arquivos são preservados como registro de informações e não como objeto para disfrute visual (tradução nossa).

³² O restaurador neste campo, na realidade, restaura muito pouco, mas conserva muito. Ele é claramente um conservador antes de ser um restaurador. O seu trabalho, o seu esforço, as suas técnicas, têm como objetivo fundamental evitar a perda de informação (tradução nossa).

restauração tanto quanto possível, na tentativa de salvaguardar ao máximo a integridade original do livro e seu conteúdo.

Ainda segundo o autor

para que a intervenção mínima seja praticada corretamente, um item danificado deve ser analisado, compreendido e avaliado com muito cuidado antes que qualquer ação seja tomada. Neste sentido, a opção do profissional conservador-restaurador deve ser por utilizar materiais e técnicas que adicionem ou modifiquem o mínimo possível de novos elementos ao bem tratado. (CLARKSON, 1999, p.89-100).

Neste trabalho específico, as decisões que pautam as intervenções contemplam, sobretudo, a dimensão estrutural do livro, sem, porém, desconsiderar os aspectos estético e histórico.

O Livro de Juramentos é um documento de arquivo, que de acordo com Schellenberg (2006) é “todo documento expedido ou recebido por entidades em razão de suas atividades e preservados por seus sucessores como prova de suas operações ou pelo seu valor de informação” (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

Por ter um caráter informativo e de testemunho histórico, o manuscrito eventualmente, será manuseado para consulta, e tal ação causará tensões em sua dimensão física, fez-se necessário, primordialmente, fortalecer a sua estrutura que está comprometida.

Neste sentido, Appelbaum (2017) aponta que

muitos tipos de tratamento podem aumentar a capacidade de um objeto de suportar tensões ambientais e outras forças de mudança, tanto externas, quanto internas [...]. Devemos melhorar a capacidade de sobrevivência do objeto mediante seus principais adversários previstos. Para isso, é preciso fortalecê-lo fisicamente para protegê-lo de ambientes hostis e de danos graves, causados por vandalismo, manuseio brusco e outras fontes. Produzir objetos que possam resistir intactos e sem mudanças ao futuro indefinido é, certamente, impossível, mas medidas para prolongar a vida de um objeto têm consequências significativas de longo prazo (APPELBAUM, 2017, p.260-261).

A metodologia de tratamento adotada por conservadores e restauradores é norteada, em geral, pelo uso atual do objeto que, no caso deste trabalho, é um documento de arquivo.

Condizente a isso, Appelbaum (2017) afirma que “os conservadores arquivísticos concentram-se em preservar as informações contidas no documento, preservando também o objeto em si” (Idem, p.19)

Optou-se por iniciar o tratamento pelo corpo do livro (miolo) e, em seguida, proceder com as intervenções nas pastas e nos revestimentos da encadernação. Assim, foram realizadas as seguintes atividades, elencadas no Quadro 4.

QUADRO 4 – Etapas e atividades realizadas

Etapa	Atividade
1	Desmontagem da encadernação
2	Confecção de diagrama de agenciamento de cadernos
3	Remoção de resíduo de adesivo dos fundos de cadernos
4	Limpeza mecânica
5	Reforços de borda
6	Remendos e enxertos nas áreas de perda existentes nos fólhos
7	Enxertos de cantos nas pastas
8	Reintegração cromática nos revestimentos em áreas abrasionadas e de perdas
9	Costura
10	Fixação do corpo do livro nas pastas
11	Colocação de carcela de papel japonês nas charneiras
12	Confecção de caixa para acondicionamento do manuscrito

Elaboração: Maycon Amaral, 2023.

Iniciou-se a intervenção de conservação e restauração pela desmontagem do livro. A opção pelo tratamento com a obra desencadernada justifica-se pelo rompimento da charneira, o que provocou a desarticulação entre o corpo do manuscrito e as pastas, estando o mesmo preso a elas apenas por um ponto. Além disso, existiam danos críticos presentes nos fundos de caderno, ocasionados por ataques de insetos e pelo rompimento de partes da linha de costura, bem como rasgos nos furos da mesma costura. Em seguida, foi elaborado um diagrama de mapeamento de cadernos, que foi apresentado na sessão 2.2, etapa de suma importância, já que serve de referência na etapa de remontagem dos cadernos.

A segunda atividade realizada foi a de remoção dos resíduos do adesivo utilizado para unir o corpo da obra às pastas, uma vez que estava bastante enrijecido e quebradiço. Este procedimento foi executado anteriormente à limpeza mecânica, pois ele estava fragilizando tanto os fundos de caderno que o papel poderia se romper facilmente na interface com o adesivo durante o procedimento.

Optou-se por solubilizá-lo/sensibilizá-lo com a aplicação de metilcelulose³³ 3% (m/v) e, após isso, retirá-lo com o auxílio de um bisturi. Na sequência, realizou-se a limpeza mecânica, que é o

procedimento realizado a seco para retirar sujidades depositadas ou incrustadas nas obras em papel e que possam comprometer a sua conservação ou sua integridade original (BOJANOSKI; ALMADA, 2021, p.108).

Neste trabalho, utilizou-se trincha de cerdas macias, considerando a fragilidade dos fólhos e a sujidade superficial presente. Em todos os fólhos o procedimento foi feito em movimentos de varredura no sentido do dorso para o corte lateral do livro, ou seja, **do interior para o exterior** (Figura 36).

FIGURA 36 – Fotografia sob luz direta da limpeza 1



Legenda: Limpeza com tricha

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

Para a remoção de sujidades mais aderidas e não retiradas apenas com trinchas, testamos, também, esponjas *Melamine Sponge Cube*, em movimentos circulares e sutis. Embora essa estratégia tenha se mostrado eficiente para a limpeza, ela é muito abrasiva. Durante sua utilização, percebeu-se que, ao deslizá-la

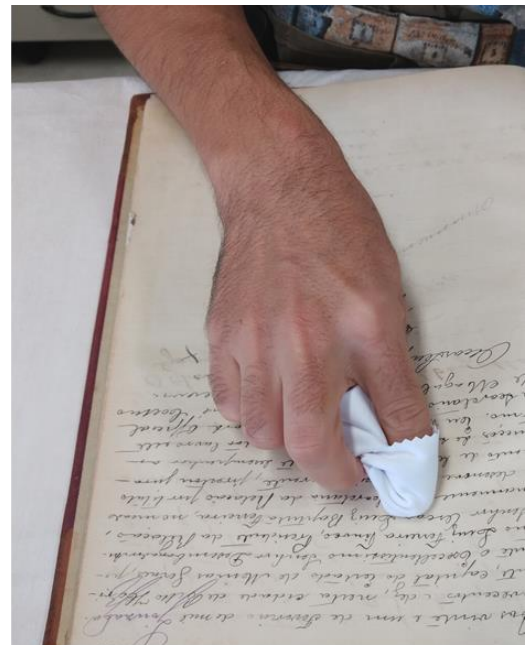
³³ Methocel A4C – 793-4001 - PEL®

sobre a superfície do papel, ela criava certa aderência. Mesmo que, visivelmente, não danifique o papel, ao nível microscópico, há grandes chances de haver remoção de camadas do suporte, além da possibilidade de deixar resíduos de material abrasivo. Em razão disso, optou-se por suspender o seu uso já nas primeiras folhas. Deu-se continuidade à limpeza com tecido de microfibra (Figura 37).

FIGURA 37 – Fotografia sob luz direta da limpeza 2³⁴



(a)



(b)

Legenda: a) Limpeza mecânica com esponja *Malimine Sponge Cube*
b) Limpeza mecânica com tecido de microfibra

Fonte: Maycon Amaral, 2023.

As áreas manuscritas foram higienizadas de forma suave para não causar remoção involuntária de resíduos de tinta da escrita. A degradação da tinta forma um pó de coloração preta e, muitas vezes, brilhante, que se acomoda sobre a própria escrita. Se esse pó já se encontra espalhado pelo livro, por vezes, pode ser considerado sujidade, sendo, portanto, necessária a sua retirada, atentando-se para que tal ação não promova perdas materiais ou de elementos informativos e históricos.

Na tentativa de retirada da fita gomada de coloração amarronzada que se encontrava aderida em alguns fundos de caderno, percebeu-se a delaminação

³⁴ Optou-se por realizar o procedimento com as mãos limpas, sem luvas, a fim de garantir um maior controle sobre a intensidade da limpeza.

generalizada do papel. Esta intervenção anterior, não possui registros documentais sobre sua datação e contexto. Considerando os riscos potenciais de que ocorressem perdas materiais quando da remoção das fitas gomadas, fortemente aderidas, optou-se por estabilizá-las e não as remover durante a presente intervenção (Figura 38).

FIGURA 38 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, da delaminação do papel na área da fita gomada



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

A medida com fitas indicadoras de pH nas guardas volantes verdes indicou que estas regiões do papel apresentavam pH de 5, moderadamente ácido, o que nos levou a tomar a decisão de não realizar qualquer tratamento químico. Reitera-se o apontamento de Bojanoski e Almada (2021), ao afirmarem que:

apesar do amarelecimento frequentemente ser indicado como um dano, por vezes pode ser apenas uma característica do envelhecimento natural do papel e, portanto, um vestígio histórico (BOJANOSKI; ALMADA, 2021, p.22).

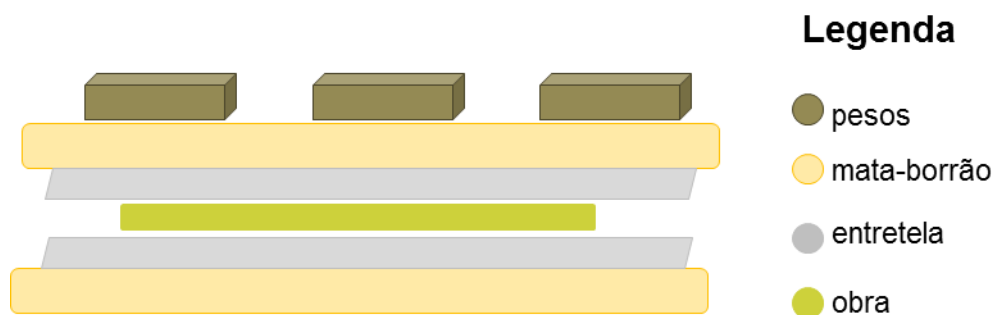
Embora os papéis do miolo se apresentassem quebradiços, especialmente nas bordas, medidas de pH apontaram valores entre 5 e 6, não estando, portanto,

excessivamente ácidos. Desse modo, optou-se por não realizar qualquer tratamento de desacidificação ou de branqueamento para atenuar o amarelecimento das folhas, o que seria inclusive, bastante desaconselhado, considerando a natureza documental do bem tratado. Apesar de a área estar um pouco acidificada, não causando prejuízo ao documento, a decisão tomada foi de realizar apenas tratamentos mecânicos que reestruturassem as partes comprometidas do suporte.

A principal manifestação patológica observada, na maioria dos fólhos, era a presença de bordas frágeis e quebradiças e, em algumas áreas, perda de suporte, principalmente nos cantos. Para este dano principal, o tratamento indicado é o reforço de bordas, que consiste na fixação de tiras de um papel japonês de gramatura mais baixa, compatível com o suporte, para não gerar grandes tensionamentos, e translúcido, a fim de evitar a cobertura de informações presentes.

O papel japonês é fixado ao longo de toda a extensão do corte do fólho, pelo verso, seguido de aplicação de pressão feita com espátula de Teflon e posterior secagem entre um “sanduíche” formado por duas entretelas sem cola e duas folhas de papel mata-borrão³⁵, além da colocação de pesos, conforme ilustração abaixo (Figura 39).

FIGURA 39 – Croqui de “sanduíche” de entretela e mata-borrão



Elaboração: Maycon Amaral, 2024.

No reforço de bordas, utilizou-se papel japonês com gramatura de 9 g/m², aderido com metilcelulose 3% (m/v) em água deionizada. Já nos enxertos, para a reconstituição de áreas faltantes, usou-se papel japonês com gramatura 30 g/m², fixado com o mesmo adesivo (Figura 40).

³⁵ Papel com alto poder de absorção.

FIGURA 40 – Fotografia em detalhe do enxerto realizado



Fonte: Maycon Amaral, 2023.

De acordo Bojanoski e Almada (2021) no *Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos*, enxerto é o

procedimento de reconstituição que consiste na adição de um papel novo nas áreas faltantes de uma obra em papel. [...] O novo material é recortado na forma mais exata possível da área faltante, colado e justaposto a partir de uma sobreposição milimétrica sobre o documento original. O resultado adequado e satisfatório depende do uso do papel de enxerto similar à espessura, cor e orientação das fibras do papel original (BOJANOSKI, ALMADA, 2021, p.98).

Quanto ao vinco presente na guarda móvel anterior, optou-se por atenuá-lo, com aplicação de pouca umidade no local por meio de *swab* (haste) *de algodão*, embebido em água deionizada, para promover o relaxamento das fibras e, em

seguida, utilizou-se a espátula térmica ³⁶, aplicada indiretamente na região, intercalando com uma entretela sem cola.

Para a reconstituição dos fundos de caderno também foram realizados enxertos de papel japonês 30 g/m². No caso dos fundos totalmente rompidos, com a separação total dos bifólios, previamente realizou-se o desenho de um molde no papel mata-borrão, tendo como referência um bifólio íntegro, de forma a garantir que aqueles tratados tivessem o tamanho o mais próximo possível dos demais. Nas áreas onde foram realizados os enxertos, colocou-se uma tira de entretela sem cola, evitando assim a aderência dos mesmos no papel mata-borrão.

O tratamento das deteriorações da capa iniciou-se pela reconstituição do suporte que estava delaminado nos cantos superior e inferior das duas pastas, utilizando a técnica de enxerto de cantos que, neste caso, cumpre a função de estruturar a área danificada. Optou-se por utilizar papel branco 75 g/m², alcalino e resistente, levando em consideração a espessura do cartão que constitui as pastas, que é de 0,6 mm.

O primeiro passo foi rasgar manualmente o papel escolhido, pois, desta maneira, a presença das fibras desgastadas e expostas, cria uma maior superfície de contato, o que favorece a adesão deste novo papel na área deteriorada. Com o bisturi, abriram-se campos maiores entre as camadas delaminadas, a fim de facilitar a inserção do papel do enxerto e aumentar a área de adesão. Utilizando-se de uma espátula achatada, procedeu-se à introdução do papel de enxerto entre cada camada da delaminação, sucessivas vezes, até atingir um volume compatível com a espessura das pastas e não criar um volume maior na área de sobreposição. O adesivo escolhido para a fixação dos papéis foi a cola de amido³⁷ 3% (m/v), aplicada em cada papel e entre as camadas delaminadas.

O enxerto foi realizado em todos os cantos das capas, sendo que o canto inferior da capa posterior estava mais deteriorado. Após a introdução de todas as camadas de papel, fez-se pressão, com uma espátula, para planificar e garantir maior adesão. Em seguida, depois da secagem completa do enxerto de cantos, procedeu-se com o corte para redefinir o seu formato.

A segunda etapa foi a reconstituição de pequenas áreas de perda do revestimento nos cantos das pastas. O procedimento foi feito com a colocação de 3

³⁶ Di Constan® – 127 V.

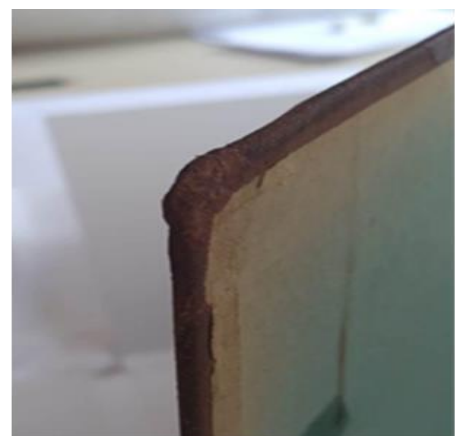
³⁷ Jin Shofu Wheat Paste - PEL®.

camadas de papel japonês, sendo as duas primeiras de papel japonês branco 27 g/m², e, para finalizar o nivelamento, usou-se papel japonês de cor natural 30 g/m². A escolha do papel japonês deu-se pelas características de facilidade de manuseio, flexibilidade, resistência, qualidade das fibras e compatibilidade com o material original. Depois de finalizada a etapa de reconstituição do suporte nos cantos, realizou a reintegração cromática utilizando-se aquarelas. O resultado deste tratamento pode ser visto na figura 41.

FIGURA 41 – Fotografia sob luz direta, em detalhe, do enxerto de cantos



(a)



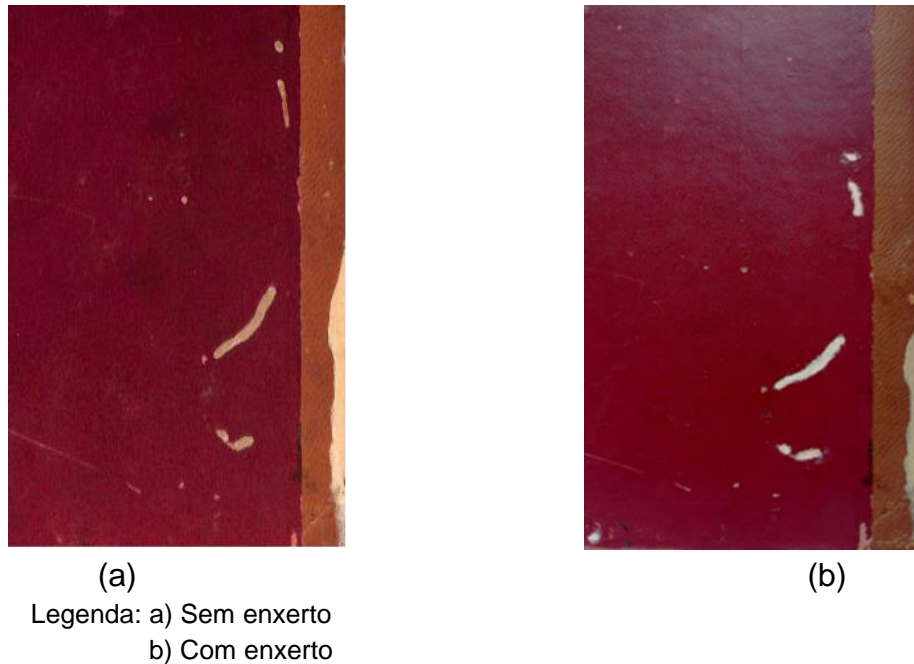
(b)

Legenda: a) enxerto de canto com papel branco – em processo
b) enxerto de canto finalizado – pós-reintegração cromática

Fonte: Patrícia Lavall, 2023.

Nas pequenas áreas de perda presentes na capa posterior, tanto no revestimento de couro, quanto no suporte (pastas), a técnica utilizada para tratar estas áreas foi a obturação com polpa de papel japonês. A obtenção da polpa se dá através do desbaste do papel. As fibras resultantes do desbaste são misturadas ao adesivo metilcelulose e maceradas formando a polpa, que foi inserida na área de perda e, depois, planificada sob a pressão com uma espátula, até o completo nivelamento (Figura 42).

FIGURA 42 – Fotografia sob luz direta de áreas de perda no revestimento



Fonte: Patrícia Lavall, 2023.

No que concerne às capas, além dos tratamentos estruturais, optou-se por realizar tratamento estético de reintegração cromática, pois os danos existentes interferiam diretamente na fruição do objeto, ou seja, eles acabavam ganhando certo destaque visual. Para a reintegração cromática optou-se pelo método ilusionista, que busca integrar as perdas às áreas originais remanescentes, isto é, reintegrar a cor e a textura das áreas faltantes, harmonizando-as com as cores originais circundantes.

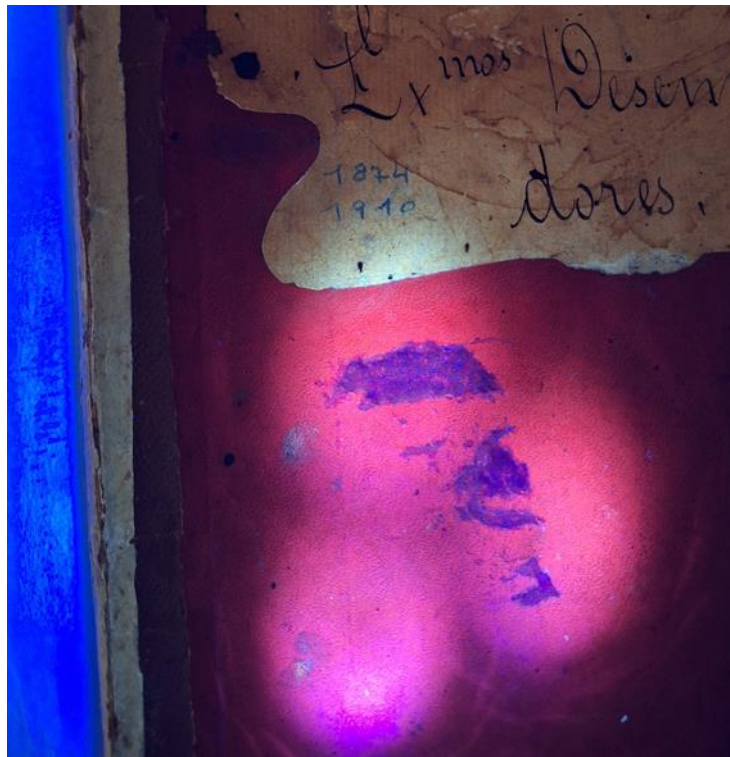
No tratamento de reintegração cromática das partes reconstituídas, no espelho das pastas, utilizou-se aquarelas *Winsor & Newton®* nas cores: 003 *Alizarin Crimson Hue*, 150 *Chinese White*, 331 *Ivory Black* e 660 *Ultramarine*. Já no revestimento dos cantos das pastas e da lombada, nas cores: 744 *yellow ochre*, 150 *chinese white*, 331 *Ivory Black*, 109 *Cadmium Yellon Hue* e 074 *burnt sienna*.

Ainda que tenha sido usada a técnica de ilusionismo ou mimética, a tinta empregada na reintegração cromática foi uma tinta à base de água. Tal material possui grande potencial de compatibilidade, ou seja, possui características físicas, mecânicas e eventualmente óticas compatíveis com o original. Possui também, potencial de reversibilidade, tendo a possibilidade de ser retirado posteriormente.

Além disso, para a reintegração, a leitura da intervenção (distinguilidade), foi considerada, isso quer dizer que a intervenção realizada deve tornar possível a distinção entre os materiais originais e os inseridos. Estes são conceitos e critérios fundamentais aos procedimentos de conservação-restauração (FROMER, SOUZA, 2008, p.13).

A diferença entre as áreas reintegradas e não reintegradas, no Livro de Juramentos é perceptível a olho nu, ainda que a diferença seja sutil. Ao realizarmos o imageamento macroscópico sob luz ultravioleta, é possível perceber de forma bastante nítida a diferença entre estas áreas.

FIGURA 43 – Fotografia sob luz UV, evidenciando a área da reintegração cromática no revestimento



Fonte: Camilla Camargos, 2024.

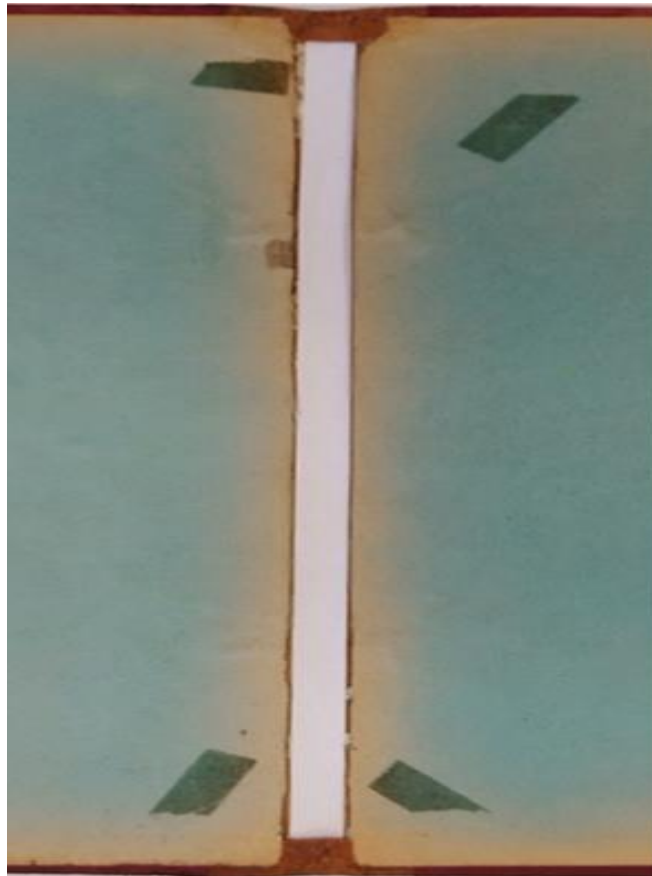
As aquarelas foram misturadas até a obtenção da cor aproximada do original, diluídas em água deionizada e aplicadas nas áreas faltantes uniformizando toda a região. Após a reintegração cromática aplicou-se Paraloid B72³⁸, em concentração

³⁸ Resina acrílica (copolímero de metil e etil metacrilato) que funciona como revestimento, consolidante e até mesmo adesivo.

de 30% (m/v) em álcool etílico PA, que atua na saturação das cores e funciona como camada de proteção.

No dorso, o tratamento realizado foi a limpeza mecânica com trincha e microfibra. A obturação de furos existentes foi tratada com a colocação de polpa de papel japonês 9 g/m² misturadas a uma solução de metilcelulose 3% (m/v). A tira de papel interna que constituía o falso dorso foi removida mecanicamente, após ter sido levemente solubilizada com metilcelulose 3% (m/v) e substituída por uma nova, confeccionada com papel alcalino *Offset* 120 g/m² branco (Figura 44), para reestabelecer a estrutura perdida.

FIGURA 44 – Fotografia sob luz direta do falso dorso reconstituído



Fonte: Patrícia Lavall, 2024.

Após a remontagem dos cadernos, tendo por base o Mapeamento de Cadernos apresentado na seção 2.2, construiu-se um gabarito para guiar os furos dos pontos para inserção da linha de costura (Figura 45).

FIGURA 45: Fotografia sob luz direta do gabarito de costura



Fonte: Maycon Amaral, 2024.

Em razão da perda de referência de alguns pontos da costura original do livro, causados pelos danos nos fundos de caderno, optou-se por realizar uma costura cruzada com a inserção de 2 cordões de sustentação, o que confere maior estabilidade à união do corpo do livro com as pastas. O material do cordão utilizado é algodão cru, e a linha utilizada é a Anchor Mercer Crochet Nº 40, na cor creme (Figura 46).

FIGURA 46: Fotografia sob luz direta da costura



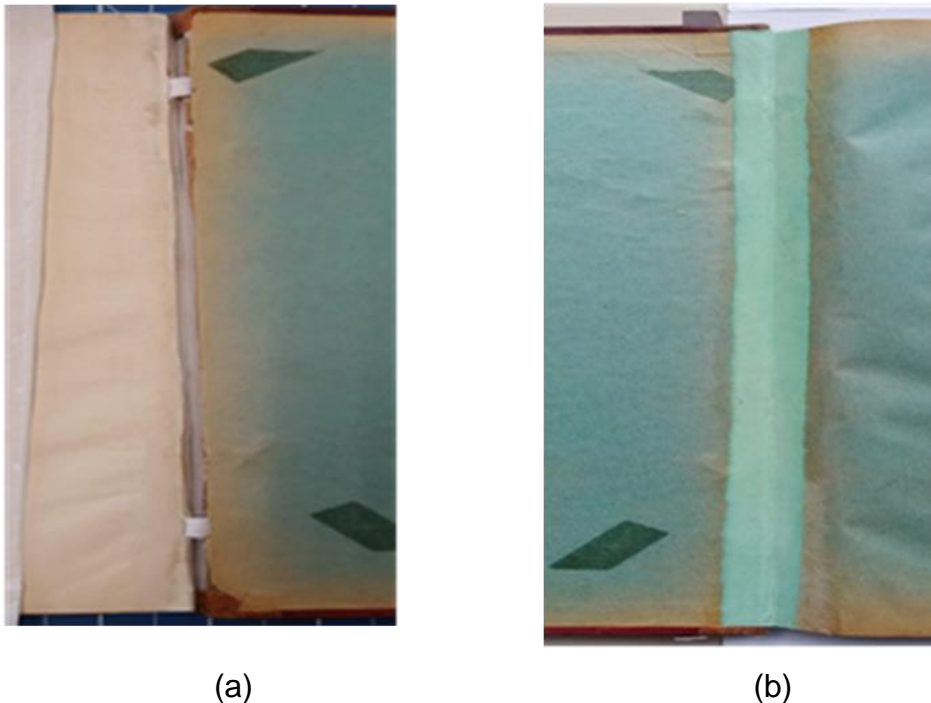
Fonte: Maycon Amaral, 2024.

Por meio da abertura de pequenos cortes nas pastas, realizados com auxílio de um bisturi e uma espátula achatada, no sentido horizontal, em dois pontos

marcados previamente, os cordões de sustentação foram inseridos e fixados com cola de amido 3% (m/v), além disso, a charneira interna, que estava totalmente rompida foi refeita utilizando uma variação da técnica *Board Tacketing*³⁹ (Figura 47). A estratégia foi empregada para reestabelecer a mecânica de abertura do livro.

O material utilizado foi o papel japonês de 30 g/m², e fixado com uma mistura de metilcelulose 3% (m/v) e cola PVA⁴⁰, na proporção de 1:1. Tal mistura de adesivo foi utilizada, pois essa área necessitava de uma adesão mais potente, em função de ser uma região que sofre muita tensão.

FIGURA 47: Fotografia sob luz direta reconstituição da charneira



Legenda: a) Cordões inseridos nas pastas
b) carcela de papel japonês aderido na contrapasta

Fonte: Maycon Amaral, 2024.

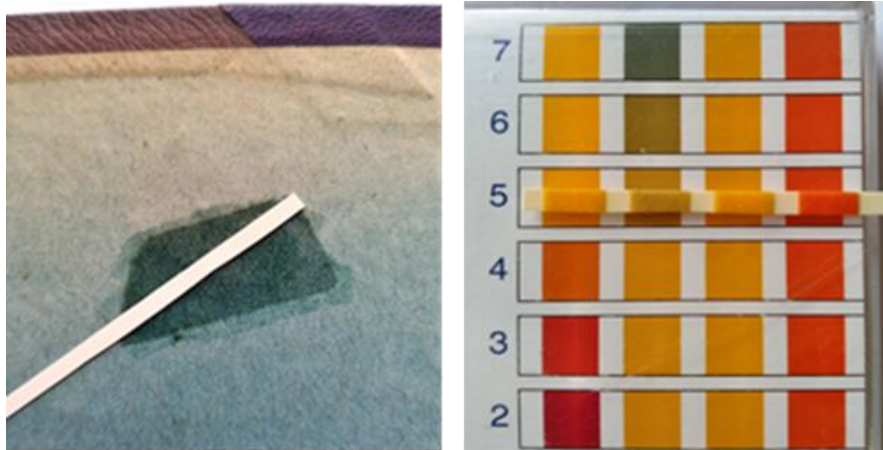
As guardas foram coladas com metilcelulose 3% (m/v). A decisão por manter as guardas volantes originais de cor verde, e não cobrir as fixas, que apresentam algumas manchas escurecidas, provavelmente degradação/oxidação de fitas adesivas (do tipo durex) anteriormente aderidas, foi tomada a partir dos critérios de

³⁹ Variação *Board Tacketing* – consolidação interna com a passagem de um cordão de sustentação e consolidação com papel japonês na contra-pasta (cf. Ana Utsch, em Caderno técnico, 2018, elaborado para a disciplina Encadernação, do curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG).

⁴⁰ LINECO®.

mínima intervenção que nortearam as ações de intervenção. Além disso, teste de pH realizado nas áreas das manchas mostrou que essas regiões do papel apresentavam pH 5 (Figura 48), moderadamente ácido.

FIGURA 48 – Fotografias sob luz direta do teste de pH nas manchas de fita adesiva na guarda fixa anterior



Fonte: Maycon Amaral, 2024.

Apesar do resultado do teste apontar uma acidez moderada, as manchas ali presentes não estão causando prejuízo do ponto de vista estrutural. Ademais, entende-se que tais manchas são marcas históricas que podem fornecer informações sobre os usos e trajetória do objeto. Neste caso, as manchas existentes parecem ser indícios de que, em algum momento da história pregressa, o livro foi encapado.

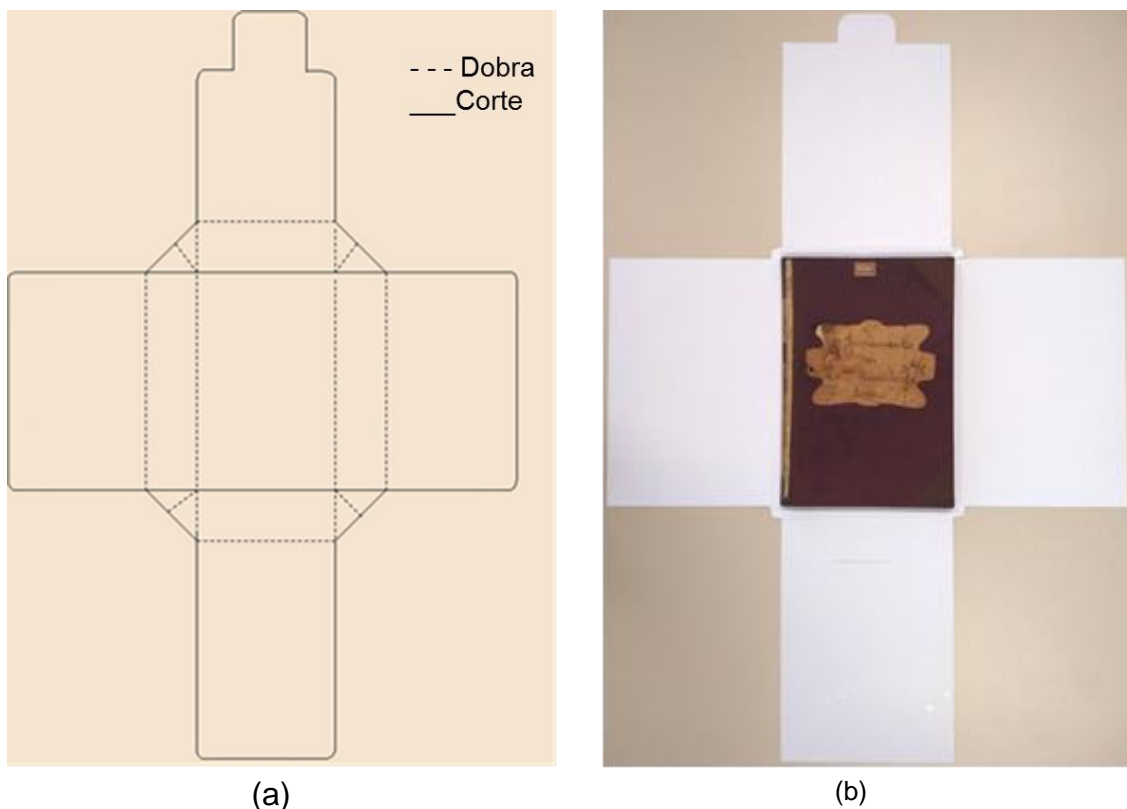
A penúltima etapa realizada foi a fixação do corpo do livro na capa. Para garantir uma maior aderência, utilizou-se a cola de amido 3% (m/v), aplicada em toda a extensão da lombada. Na sequência, o livro foi colocado em uma prensa horizontal, sob leve pressão, até a completa secagem.

Depois de finalizado o tratamento, prosseguiu-se com a confecção de uma caixa para acondicionamento. Segundo Brito (2010), o propósito de acondicionar é além de guardar e proteger o objeto, facilitar o seu manuseio e proporcionar um transporte seguro. Para a autora, não existe uma receita pronta para o acondicionamento perfeito, devendo cada caso ser analisado de maneira isolada, para criar uma embalagem que atenda às necessidades do bem a ser guardado (BRITO, 2010, p.2). Além disso, a escolha dos materiais a serem utilizados é de

extrema importância para a manutenção da qualidade da embalagem escolhida. Deve-se dar preferência a papéis neutros e quimicamente estáveis.

Para o acondicionamento do Livro de juramentos, a embalagem confeccionada foi uma caixa em cruz com abas. O modelo escolhido foi pensado no sentido de trazer proteção para o livro e facilitar a abertura, caso seja necessária a sua retirada para consulta e/ou exposição. As abas laterais bloqueiam a entrada de luz e poeira, além de evitarem a perda de fragmentos que podem se soltar e, também, proporcionam mais firmeza aos cantos, que é a área de maior ocorrência de choques mecânicos. O papel utilizado foi o Vitabianco – papel cartão tríplice – 20% papel reciclado, neutro com gramatura 350 mg/m² – Papyrus®, na cor branca (Figura 49)

FIGURA 49 – Caixa em cruz com abas



Legenda: a) Esquema para confecção
b) Caixa com o Livro de Juramentos

Fonte: Maycon Amaral, 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contextualizou o Tribunal da Relação de Ouro Preto, da Província de Minas Gerais, desde sua criação, em 1873, até se tornar o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Sem perder sua função judiciária, esta instituição vem se consolidando como uma entidade custodiadora de documentos, produzidos no âmbito da justiça mineira, por meio de sua Gerência de Gestão Documental de 2ª Instância de Documentos Permanentes e Eletrônicos (GEDOC) e da Coordenação de Arquivos Permanentes (COARPE).

Em 2024, no sesquicentenário do Tribunal, houve uma série de atividades comemorativas, dentre elas a restauração do primeiro *Livro de Juramentos dos Excelentíssimos Desembargadores* (1874), que foi entregue, em sessão solene, ao atual Presidente do TJMG. Tal obra, até então pouco conhecida inclusive pelos próprios magistrados, é uma peça fundamental para a compreensão da história e a manutenção da memória do judiciário.

Por meio da análise da materialidade, através de exames visuais e técnico-científicos, constatou-se que o livro está em bom estado geral de conservação, motivo pelo qual se optou por intervenções mínimas, apenas estabilizando e/ou devolvendo a estrutura comprometida. As análises físico-químicas realizadas com as técnicas de espectroscopia FTIR de modo geral corroboraram com as análises visuais, apontando indícios de que as pastas da encadernação são recobertas por dois materiais distintos: couro e tecido com tratamento superficial, e sugerindo que os papéis de que se constituem as folhas de guarda e o corpo do livro são de origem lignocelulósica. Em relação aos elementos sustentados, isto é, às tintas da escrita presentes na obra, não foram verificadas diferenças entre seus componentes, devido às limitações da técnica e da estratégia de análise de amostras adotada.

O desenvolvimento deste trabalho reiterou que o conhecimento preliminar, por parte do conservador-restaurador, do contexto e do ambiente nos quais a obra se insere, além do trânsito entre as diversas áreas do conhecimento que atuam sobre o objeto, são essenciais para se pensar e executar um projeto de conservação e restauração bem-sucedido.

O projeto de pesquisa e as ações, que contemplaram a restauração deste livro de valor histórico, encontrado na Coordenação de Arquivo Permanente do

TJMG, trazem luz a uma questão urgente a ser debatida: a importância do profissional conservador-restaurador nas instituições arquivísticas.

Faz-se necessária a presença, no corpo técnico das instituições que se propõem a desenvolver atividades arquivísticas, um profissional com capacidade técnica e científica para propor medidas e executar ações de planejamento voltadas à conservação e eventuais restaurações que se fizerem necessárias no acervo.

Afinal, sem a conservação/restauração deste acervo, não se pode realizar uma gestão arquivística que dê conta de seus objetivos, de maneira eficaz, que envolvem a proteção, a destinação, preservação e o acesso destes documentos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DOS PAÍSES BAIXOS. *The Iron GALL Ink Website*. 2011. Disponível em: <<https://irongallink.org/index.html>>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- ALMADA, Márcia; BOJANOSKI, Silvana. *Glossário ilustrado de Conservação e Restauração de Obras em Papel: danos e tratamentos*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- ANDRADE, Hanna Fedra Carvalho de. *Arquivos Permanentes: um estudo sobre as formas ideais de acondicionamento e uma proposta de adequação para o acervo histórico processual do arquivo permanente do TJMG*. 2022. Monografia (Especialização em Arquivologia). Faculdade Dom Alberto. Ibité, 2022.
- APPELBAUIM, Bárbara. *Metodologia do Tratamento de Conservação*. 1ª ed. Trad. Karina Schröder. Porto Alegre: ACORRS, 2017.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- BANIK, Gerhard. *Corrosão de tinta – Química*. 1998. *O site da tinta Iron Gall*. Disponível em: <<https://irongallink.org/ink-corrosion-chemistry.html>>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo - Estudos e reflexões*. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes - Tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima. *Terminologia em conservação em bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação*. 2018. 292f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pelotas - RS. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf>. Acesso em 02 mar. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Decreto nº 2.342, de 6 de agosto de 1873. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2342-6-agosto-1873-550798-publicacaooriginal-66847-pl.html>>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Decreto nº 5.456, de 5 de novembro de 1873. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5456-5-novembro-1873-551709-publicacaooriginal-68469-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 616/2009. *Constitui o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname*. Brasília, 2009. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_616_10092009_18102012212627.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução nº 1/1995. *Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções*. Brasília, 1995. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-1-de-18-de-outubro-de-1995>>. Acesso em: 27 fev. 2024

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 37/2011. *Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME e de seus instrumentos*. Brasília 2011. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/dje/djeletronico?visaold=tjdf.djeletronico.comum.internet.apresentacao.VisaoDiarioEletronicoInternetPorData>>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRITO, Fernanda Kelly Silva de. *Confecção de embalagens para acondicionamento de documentos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2010.

CAMARGOS, Camilla Henriques Maia de. *Nanocompósitos de nanocelulose e nanolignina aplicados como revestimento protetivo em substratos celulósico*. 2021. 237f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Campinas. Instituto de Química. Campinas/SP, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1233192>>. Acesso em: 6 abril. 2024.

CAMARGOS, Camilla Henriques Maia de; POGGI, Giovanna; Chelazzi; David; BAGLIONI, Piero. REZENDE, Camila A. Strategies to mitigate the synergistic effects off moist-heat aging on TEMPO-oxidized nanocellulose. *Polimer Degradation an Stability*. v. 200. (2022). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.polymdegradstab.2022.109943>>. Acesso em: 6 abril. 2024.

CORREGIDOR, Victória; VIEGAS, Rita; FERREIRA, Luís M.; ALVES, Luís C. Study of Iron Gall Inks, ingredients and paper composition using no destructivce technics. *Heritage*. v.2. (2019). Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/heritage2040166>>. Acesso em: 6 abril. 2024.

COSTA, Thiago Guimarães; KARPINSKI, Cezar; REGIANE, Anelise Maria; CUNHA, Rita de Cassia castro da; LEMOS, Leandro Hermes. Análise instrumental em documentos históricos custodiados por Museu Municipal de Nova Veneza – SC. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n.1, p.106-123, jun. 2023. Disponível em: <<https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/14-Thiago.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

COSTA VAL, Andréa Vanessa da; FREITAS, Josiane Gabrielle Gonçalves de. História, expansão e cronologia dads comarcas de Minas Gerais. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, a.22, n.60, p.59-78, out./dez. 2021. Disponível em: <<https://www.mpsp>>.

mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/2022_Periodicos/Cad-Juridicos_n.60.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

COSTA VAL, Andréa Vanessa da; GUIMARÃES, Ângela Maria Ribeiro Dias; VIANA, Carine Kely Rocha; CARVALHO, Shirley Ker Soares; VIANNA, Rosane. Sup. Des. Hélio Costa. Histórico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Nota histórica. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, a.61, n.193, p.13-22, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://bd-login.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/29/1/Edicao_193.pdf>. Acesso em 1 mar. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34113>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FARIA, Dalva Lúcia de; AFONSO, Marisa; EDWARDS, Howell. Espectroscopia Raman: uma nova luz no estudo de bens culturais. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.12, p.249-267, 2002.

FIGUEIREDO JUNIOR, João Cura D'ars de. *Química aplicada à conservação e restauração de bens culturais: uma introdução*. 1ª ed. Belo Horizonte. São Jerônimo. 2012.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. *Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios*. Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008. (Tópicos em Conservação Preventiva – 3).

GONÇALVES, Marina Furtado. *Separados no nascimento: estudo de técnicas, materiais e estado de conservação de dois manuscritos iluminados do século XVIII*. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 2015.

GÖTZ, Alexander; Nikzard-Langerod, Ramim; Staedler, Yannik; Belaire, Anke; Saukel, Johannes. Apparent penetration depth in attenuated total reflection Fourier-transform infrared (ATR-FTIR) spectroscopy of *Allium cepa* L. epidermis and cuticle. *Spectrochimica Acta Part A: Molecular and Biomolecular Spectroscopy*. v.224. (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.saa.2019.117460>>. Acesso em 6 abril. 2024.

GRUPO DE USUÁRIOS DE INFRAVERMELHO E RAMAN. *IRUG. – Infrared & Raman Users Group*. 1993-2024. Disponível em: <<http://www.irug.org/search-spectral-database?reset=Reset>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GUPTA, Anisha. The Ins & Outs of Iron Gall Ink. 2021. *American Philosophical Society*. Disponível em: <<https://www.amphilsoc.org/blog/ins-outs-iron-gall-ink>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

HAJJI, Latifa; BOUKIR, Abdellatif; ASSOUKI, Jamal; PESSANHA, Sofia; FIGUEIRINHAS, João Luis; CARVALHO, Luisa Maria. Artificial aging paper to assess long-term effects of conservative treatment. Monitoring by infrared spectroscopy (ATR-FTIR), X-ray diffraction (XRD), and energy dispersive X-ray fluorescence (EDXRF). *Microchemical Journal*. v.124. (2016). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.microc.2015.10.015>>. Acesso em 6 abril. 2024.

LAVALL, Patrícia Vaz de Mello. Conservação curativa e preservação de vestígios históricos: tratamento do manuscrito “Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve em 1720”. 2017. 78f. Monografia (TCC). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. Belo Horizonte. 2017.

LIMA, Juliana Fernanda Colaço de; ARAÚJO, André Vieira de Freitas; ARAÚJO, Diná Marques Pereira. Manuscritos da fé sob uma lupa: aspectos da bibliografia material face aos livros de horas da fundação biblioteca nacional (Brasil). *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande v.35, n.2, p. 231-252, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12467/9460>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LOJEWSKA, J.; MISKOWIEC, P.; LOJEWSKI, T.; PRONIEWICZ, L.M. Cellulose oxidative and hydrolytic degradation: In situ FTIR approach. *Polymer Degradation and Stability*. v.88. (2005). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.polyimdegradstab.2004.12.012>>. Acesso em: 6 abril. 2024.

LOPES, Letícia Quintana; PARENTE, Clarisse Fontinelle Ferreira; BATISTI, Chaiani; CAMARGOS, Camilla Henriques Maia de; FONSECA, Daniele Baltz. Investigação e contextualização de técnicas e matérias da artista pelotense Benette Casaretto Motta: ações preliminares. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis*, v. especial, n. 1, p. 90-105, jun. 2023. Disponível em: <<https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/13-Leticia.pdf>>. Acesso em: 4 abril. 2024.

MINAS GERAIS. Portaria nº 111/2VP/2018. *Dispõe sobre o funcionamento da unidade de arquivo permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pp01112018.PDF>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Portaria nº 154/2VP/2022. *Regulamenta o funcionamento da Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e revoga a Portaria nº 111 da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, de 7 de junho de 2018*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pp_01542022.PDF>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Resolução nº 749/2013. *Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re_07492013.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Resolução nº 979/2021. *Dispõe sobre a estrutura organizacional e o regulamento da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF*. Belo Horizonte, 2021 Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re09792021.PDF>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais: centenário de sua instalação em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Gráfica e Editora Perform Ltda., 1997.

NARAYANAN, Pria; JANARDHANAN, Sreeram Kalarical. An approach towards identification of leather from leather-like polymeric material using FTIR-ATR technique. *Collagen & Leather* 6, 1 (2024). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s42825-023-00145-3>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PEETS, Pilleriin; KAUPMEES, Karl; VAHUR, Signe; LEITO, Ivo. Reflectance FT-IR spectroscopy as a viable option for textile fiber identification. *Herit Sci* 7, 93 (2019). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s40494-019-0337-z>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ROHAD TUAN, T.N.; RIDZUAN, M.J.M.; ABDUL MAJID, M.S; KHASRI, A; SULAIMAN, M.H. Isolation and characterisation of cellulose from cortex, pith and whole of the *Pennisetum purpureum*: Effect of sodium hydroxide concentration. *Journal of Materials Research and Technology*. v.9. n.6 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jmrt.2020.10.102>>. Acesso em 06 abril. 2024

RWAWIIRE, Samson; LUGGYA, Geroge Willian; TOMKOVA, Blanka. Morphology, Thermal and Mechanical Characterization of Bark Cloth from *Ficus natalensis*. *International Research Notices*, v. 2013. (2013). Disponível em: <<https://www.hindawi.com/journals/isrn/2013/925198/>>. Acesso em: 06 abril. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

STUART, Barbara. Molecular Spectroscopy. *Analytical Techniques in Materials Conservation*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007. p.109-208. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9780470060520>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

UTSCH, Ana. A mecânica dos livros: encadernação, bibliologia e conservação. *PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG*. v.11, n.22, p. 157-188, maio-ago/2021.

VIANA, Carine Kely Rocha. *O Tribunal da Relação de Ouro Preto (1874-1897): os desembargadores da corte mineira*. 2017. 282f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2017.

VICHI, Alessandra; Eliazyan, Gayane; Kasarian, Sergei G. Study of the Degradation and Conservation of Historical Leather Book Covers with Macro Attenuated Total Reflection–Fourier Transform Infrared Spectroscopic Imaging. *ACS Omega* 3, 7 (2018). p. 7150 – 7157. Disponível em: <<https://pubs.acs.org/doi/pdf/10.1021/acs.omega.8b00773>>. Acesso em: 06 abril. 2024.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *La restauración del papel*. Madrid: Tecnos, 2010.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoria contemporânea da restauração*. 1ª reimpressão. Trad. Flavio Carsalade. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

ANEXOS

Anexo 1 – Ata de Instalação da Relação de Ouro Preto – 1874

Ata da installação do Tribunal de Relação desta
 Cidade de São Paulo Capital da Província de Minas
 Geraes

Nos tres dias do mez de Junho do anno de 1874
 ante de Nós Senhor Juiz de mil seiscentos e setenta
 e quatro mil e quatrocentos e noventa e sete
 da Provincia de Minas Geraes na Rua Direita N.
 Edificio pertencido e arrendado pelo governo pelo preço
 de 1:200\$000 annuaes á expensas do Coffre Publico para
 cargo de Relação desta Cidade por não haver por
 a fim Edificio contíguo, saharaõ-a presentes pelas 11
 horas da manhã do referido dia o Conselho Prudente
 da Relação desembarcado Luiz Gonzaga de Brito Guerra,
 Secretario da mesma B.^h Francisco de Paula Fernandes
 Rabello com os demais empregados da Secretaria e um
 numero de concursos de reputados e pessoas gradadas entre
 os quaes o Ex.^{mo} actual Prudente desta Provincia Doutor
 Francisco José de Oliveira Lisboa. Pelo mencionado Con-
 selho Prudente foi declarado que em execução do Dec.
 5456 de 5 de Novembro pp era hoje o dia em que devia
 reunir-se a funcção do Tribunal de Relação em toda a
 Provincia e Cidade pela lei N. 2342 de 6 de Agosto do dito anno
 para qual por de Imperial de 6 de Agosto pp havia sido no-
 mado o setto desembarcados que o compoem, e por Dec.
 4 do mesmo mez o Prudente da referida Relação e os
 demais empregados da Secretaria por diante e Portarias
 posteriores das autoridades a que pertence formerem
 as normas na conformidade do Dec. N. 5456 de 6 de
 Novembro: que elle Prudente puzera juramento pa-
 ante o Ex.^{mo} Prudente da Provincia em 15 de Setembro em
 exercício a 16 de Janeiro findo, e que os demais subditos
 empregados, Secretarios: B.^h Francisco de Paula Fernandes

Natello, Thomaz Antonio Antonio Filipe Dias Ribeiro,
 Constantino Antonio Augusto Fernandes de Alvim Balle
 Berta, Constantino Horaciano dos Reis Coutinho, offi-
 cial de justiça João José Faria, e Manoel Julio de
 Costa Lopes e aheravã todos. Tambem juramentados p
 rente elle Presidente da Relação empregados e em rep
 cios; e por que se aheravã presentes e outros 2^{os} Quin-
 boscos nomeados annunciava que se proceder a
 putação e juramento por elles para se considerar mital
 lado o Tribunal. Em seguida foram considerados os 4^{os} Quin-
 boscos presentes Euzebio Antonio José de Silva, Joa-
 quim Pedro Villares, Joaquin Francisco de Faria, Joa-
 quim Bartolomeu de Silva Guimarães e Ministro Bando-
 ra Duarte, e cada um dos quatro e por si e por ma-
 ois jurou nas mãos elle Presidente e juramento aos
 Santos Evangelhos segundo a formula da lei, lavando a
 o termo e juramento em livro equal ao termo e 4-
 tylo, e lavando e putado o 4^o Quinbosco, em Minuto por
 ter sido nomeado para esta Relação, sendo assim delai-
 do o seu juramento anterior, e tendo dechado e compen-
 der a arte e 4^o Procurador da Coroa, Libranis
 e Farnesca e outros, Quinboscos Luiz Francisco de
 Camargo Bot, em participações e por por quatro inun-
 mados de saúde na viagem em que virão, não pôde de-
 fer a tempo de antes do acto da installação; mas
 que aheravã e já propuzo a esta Cidade e onde he de
 gario, e tendo já putado juramento e tomado posse pu-
 rente o 4^o ministro de justiça, se considerava habilitado
 para entrar hez mesmo em exercicio, do por fazer o
 divido participações. Putado e juramento, tomados os 4^{os}
 Quinboscos acima mencionados antes em mesa
 segundo a ordem de sua antiguidade e de diante mes-
 quarda do Presidente, o qual outorou esta assim

Luzerna

Hallado e um exercicio o Tribunal de Relação e Appellação
 em seguida puztoas tambem puztoas os Cidadãos Nob-
 reis de clero, clero e Henrique Lourenço de Ananias, re-
 onados provisoriamente. ~~Processos~~ da Relação por Portave-
 do 4.^o Presidente da Provincia e 14 de cada um ppi, e munitas
 da em officio de igual data. Portivamente a este dis-
 po o 4.^o Presidente do Tribunal em sua allumna
 analogo ao objeto da present intallada, e em seguida
 puztoas a palavra, e singras tambem allumna analogo
 gao, cada um por sua ordem, os Desembargadores Vintate
 Bandeira Duarte e puztoas Cartans da dha Jui-
 moran; o Coronel Francis Trigueiro tenente puztoas
 da Communa da Camara Municipal ante Cidad, e
 o Camillo Luiz eleani de Brito em nome de blam dos
 Advogados. A todos uti ante utivas presentis e allumna Pre-
 sidente da Provincia D. Amancio Jui de Oliveira Lacerda e si-
 mos empregados da republica lusitana, o Chf e Polm
 D. Bezari Jui Charante, em Communa da Camara
 Municipal ante Cidad conjuncto os Cidadãos Francis
 Trigueiro tenente, Antonio Luiz eleani de Brito e allumna
 Jui Jannari e Capelan, e Trigueiro de Thomaz Jui
 Cas. Francis Alon Bravo, e de Thomaz Provincial
 D. Bandeira Jui Thomaz Wilson, e Trigueiro Jui de Thomaz
 Publico D. Camillo de Almeida Figueiro, e Director
 de Repartidas das Obas Publicas D. Luiz Antonio de Souza
 Tanga, e Administrador de Repartidas das Obas D. Antonio
 Jui Ribeiro, e em munitas concuns de puztoas intalladas e
 puztoas. Fudo assi uti ante considero o 4.^o Presidente da
 Relação aos 2.^o Desembargadores para a munitas em sua
 no dia seis de comute puztoas 10 horas e munitas para a
 celebras a republica da munitas dos trabalhos de munitas
 allumna. E de tudo mandou lavrar a present carta que
 signou em os 4.^o Desembargadores presentis e munitas puztoas

manamadas que o quizeram fazer, quem sulla se estabelecer
cepis para serem unificadas a quem compuz. Em Fran
co de Paula Fernandes Rebelo, Luitano e unio.

Luis Gonzaga de Brito Guerra.
Vital Bandeira de Brito.

Luiz Antonio Jose da Silva
Joaquim Pedro Villaca

Joaquim Francisco de Faria
~~Joaquim Francisco de Faria~~
Venancio José de Brito

Francisco Luis de Faria
Antonio Luiz de Faria
J. Francisco de Caceres
Francisco de Paula Alves Branco
Candido J. A. Matarazzo
Camilla da C. F. Figueiredo
Luiz Antonio de Faria
Antonio Dias Ribeiro

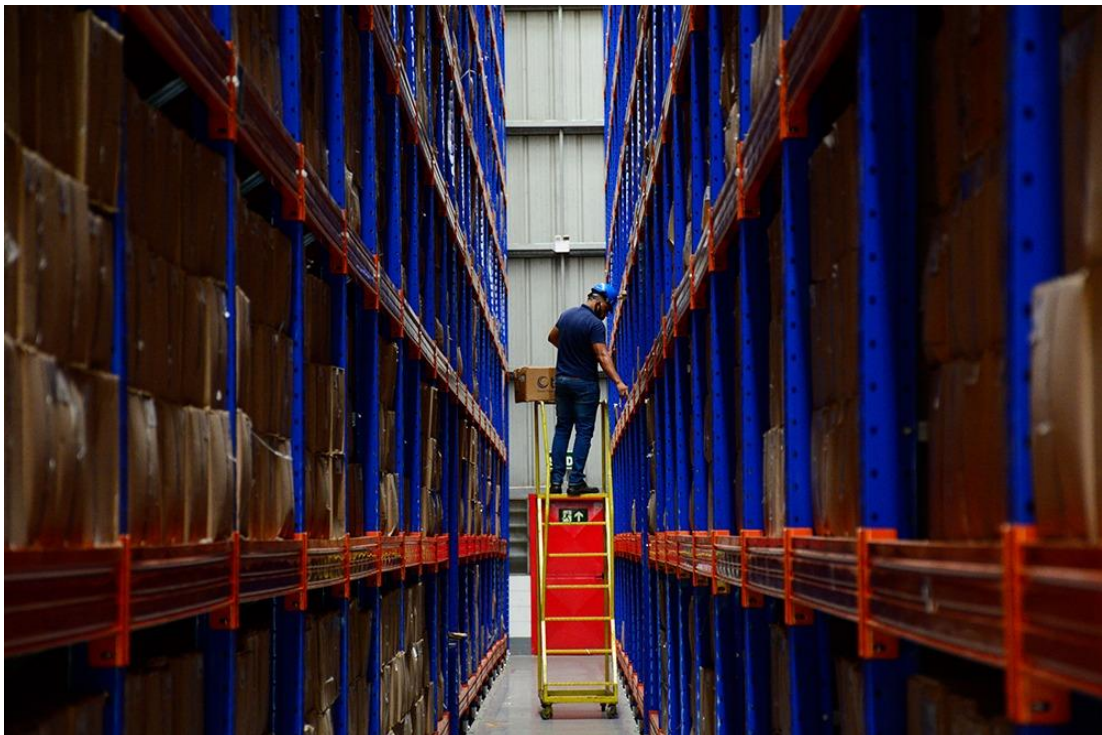
1.ª Sessão ordinaria em 5 de Fevereiro de 1894.
Aos 11 dias do mes de Fevereiro de anno de mil e novecentos
& noventa e quatro, no dia de sexta-feira, de mil e novecentos e noventa
e quatro, ante o Juiz de Direito da Comarca de São Paulo, Capital da
Província para se tomar da mesma forma determinada para
a abertura das Sessões de Tribunaes, presentes o Sr. Sr. Sr.
Conselheiro Presidente do Relatorio Luiz Gonzaga de Brito, Juiz
de Direito da Comarca Luiz Francisco de Camargo Leal, Juiz de
Direito da Comarca Luiz Francisco de Camargo Leal, Juiz de
Direito da Comarca Joaquim Pedro Villaca, Juiz de Direito da Comarca
Joaquim Francisco de Faria e Juiz de Direito da Comarca
Antonio Dias Ribeiro, para se dar a lei e as regras reguladas a respeito
dos trabalhos do mesmo Tribunal, e de se deliberar e se decidir

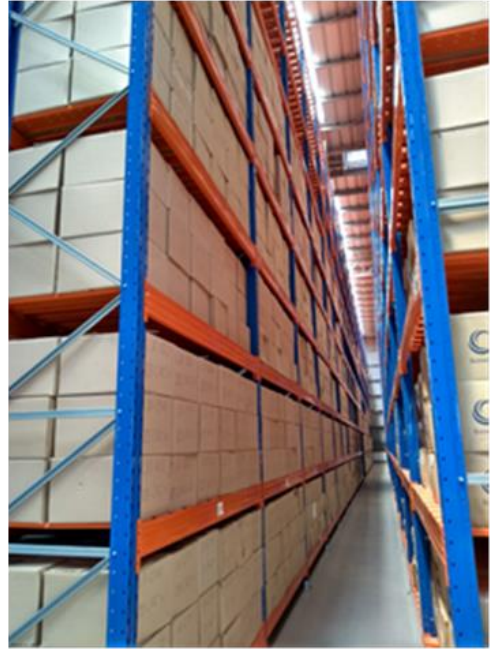
Anexo 2 – COARPE/TJMG

I. Galpão



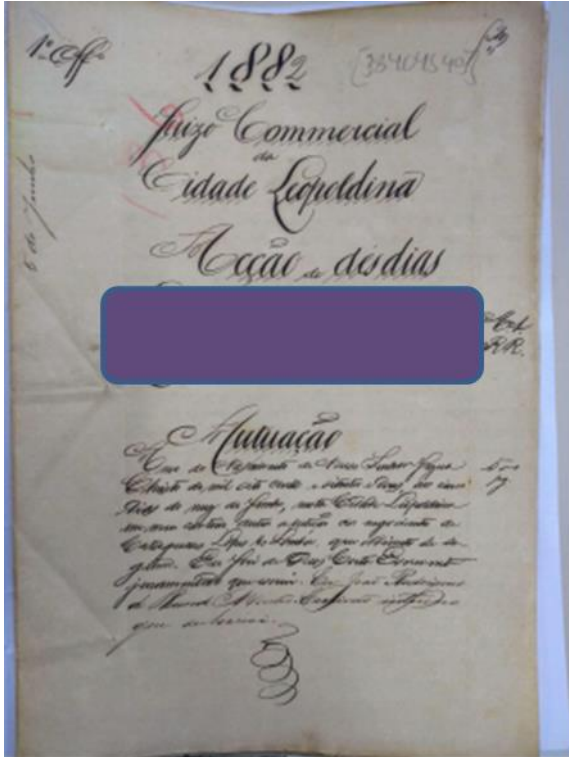
II. Estrutura e acondicionamento



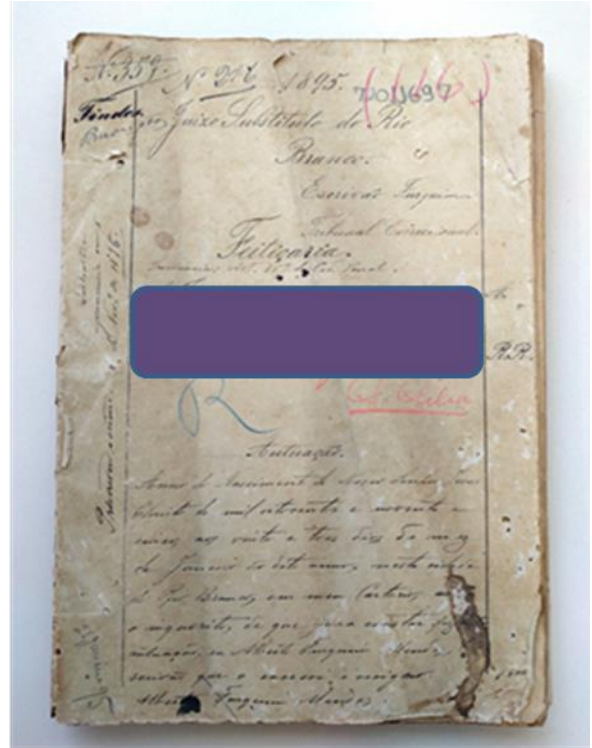


Anexo 3 - Tipos de documentos existentes no acervo da COARPE/TJMG

Cível



Criminal



Administrativo

